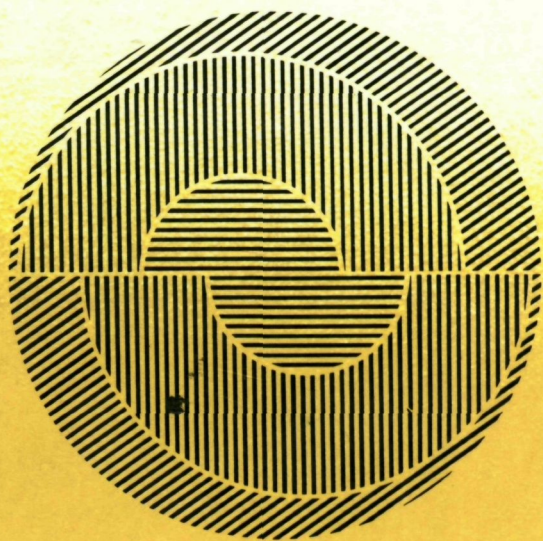


REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



SENADO FEDERAL • SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

JANEIRO A MARÇO 1980

ANO 17 • NÚMERO 65

Condicionais de um desenvolvimento brasileiro independente

PAULO DE FIGUEIREDO

Consultor-Geral do Senado Federal

SUMÁRIO:

PRELIMINARES

- I — O PROBLEMA DO ÁLCOOL MOTOR
- II — O PROBLEMA DA AMAZÔNIA
- III — O PROBLEMA DA ENERGIA NUCLEAR
- IV — O PROBLEMA DA REFORMA AGRÁRIA
- V — ESTADO UNITÁRIO
- VI — ESTADO NACIONAL
- VII — ESTADO INTERVENCIONISTA
- VIII — ESTADO DEMOCRATA CRISTÃO
- IX — CONCLUSÕES

PRELIMINARES

O ideal seria que o mundo fosse um mundo só. Que houvesse um só idioma, uma só religião, uma só moeda. Que não existissem barreiras sociais. Nem fronteiras políticas. Nem preconceitos de raça.

Assim, os homens se confraternizariam e viveriam em paz. Não haveria necessidade de exércitos nem de material bélico.

Esse ideal, no entanto, é uma utopia. Sonho de visionários. Sonho que a realidade desfaz de maneira cruel.

Porque o mundo é isso que vemos: a terra dividida em Estados ricos e Estados pobres, em povos desenvolvidos e povos subdesenvolvidos, em senhores e escravos. Os homens se entredesvorando. É o luxo, é o egoísmo, é a exploração, é a miséria, é a fome, é a dor. As grandes potências procurando ser cada vez mais fortes e tentando impedir que entrem para o seu grupo as nações mais fracas. E estas se esforçando, de todos os modos, para alcançá-las.

É isso a humanidade. Ser humano, ao contrário do que se pretende fazer sentir, quando se usa o vocábulo, não é apenas ser puro, ser bom, ser fraterno, ser "feito à imagem e semelhança de Deus". Ser humano é, também, ser capaz de tiranias, de terrorismo, de maldade, de matanças coletivas, de escravidão. Ser humano é ser santo, mas é, igualmente, ser bandido. É ser anjo e ser fera. É, por isso, ser capaz de traições e crueldades. É sorrir em encontros diplomáticos com um punhal escondido para o golpe fatal contra o interlocutor. É Pearl Harbour, como antes fora Port Arthur. É Hiroshima, é Nagasáqui. É estuprar crianças, é violentar mulheres indefesas. É o campo de concentração. São os muros de fuzilamento. É se apossar à força de territórios de países vizinhos. É esmagar brutalmente os esforços dos povos que lutam por sua independência.

Ser humano é ser, também, capaz de tudo isso. De que o animal é incapaz. Pois o animal só ataca para sobreviver, ou, quando é atacado, para se defender. Só o homem faz o mal pelo prazer do mal.

Tanto nas relações de homem a homem, quanto nas relações de povo a povo, a lei que hoje geralmente vigora é a do egoísmo. Indivíduos e povos, distanciados do humanismo cristão, materializados pelas doutrinas marxistas e pelos sistemas capitalistas, só pensam em si, querem tudo para si, e, na busca de seus objetivos, destroem tudo à sua passagem.

No que tange ao concerto das nações, é isso que se presencia no mundo moderno: "Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializaram-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder", observa EDUARDO GALENO (1) e acrescenta, referindo-se à situação do nosso Continente: "Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os."

Cristo está ausente do mundo.

(1) EDUARDO GALEANO — *As veias abertas da América Latina* — Editora Paz e Terra — Rio — Tradução de Galeno de Freitas — 1978.

Os homens, bestializados, vazios de Deus, utilitários, egoístas e imediatistas, só cuidam de acumular bens, sinônimo de poder.

E os Estados, organizações políticas das nações, que são coletividades de homens, refletem, em sua conduta, essa filosofia e assim atuam no plano internacional.

As "nações amigas" só são amigas quando tiram vantagens econômicas ou políticas dessa "amizade". A qualquer tentativa mais ousada de libertação, por parte de uma nação dependente, as grandes potências reagem com "cercos", "boicotes" e outras ameaças. Assim, "ouve-se falar de concessões feitas pela América Latina ao capital estrangeiro, mas não de concessões feitas pelos Estados Unidos ao capital de outros países... é que nós não fazemos concessões", proclamava o Presidente dos Estados Unidos, WOODROW WILSON (*), e acrescentava: "Um país é possuído e dominado pelo capital que nele se tenha investido."

Por outro lado, as "nações inimigas", nem por serem inimigas, deixam de se entender, na defesa de seus interesses econômicos comuns, ainda que estejam se guerreando, como aconteceu no último conflito mundial, quando empresas alemãs, inglesas, norte-americanas e outras não cessaram suas transações, realizando negócios vantajosos, sem cogitar das ideologias políticas dos empresários nem dos países a que as empresas pertenciam.

A verdade, no caso, está nessa lúcida advertência do gal. Antônio Carlos de Andrade Serpa, feita no discurso em que transmitiu o cargo de Chefe do Departamento Geral do Pessoal do Exército: "Não há amizade entre as nações. Há interesses nacionais harmoniosos ou conflitantes".

Outrossim — e o Brasil sentiu e sente a todo instante o peso dessa verdade —, as grandes potências amigas, tão "liberais" em sua pregação, intervêm drasticamente no comércio, com sobretaxas em nossos produtos, sempre que nos mostramos capazes de enfrentá-las com êxito no mercado mundial: "Os países ricos, pregadores do comércio livre, aplicam o mais rígido protecionismo contra os países pobres" (2), adverte EDUARDO GALEANO, e prossegue: "É certo que os países ricos utilizavam e utilizam barreiras alfandegárias para proteger seus altos salários internos nos itens que não poderiam competir com os mais pobres. Os Estados Unidos empregam o Fundo Monetário, o Banco Mundial e os acordos alfandegários do GATT para impor na América Latina a doutrina do comércio livre e a livre concorrência, obrigando o abatimento dos câmbios múltiplos, do regime de quotas e licenças de importação e exportação, e de taxas e gravames de alfândega; porém, não seguem de modo algum o exemplo. Do mesmo modo que desalentam fora das fronteiras a atividade do Estado, enquanto que dentro das fronteiras o Estado norte-americano protege os monopólios, mediante um vasto sistema de subsídios e preços privilegiados, os Estados Unidos praticam também um agressivo prote-

(2) Ref. por EDUARDO GALEANO, ob. cit.

(3) EDUARDO GALEANO, ob. cit.

cionismo, com tarifas altas e restrições vigorosas, em seu comércio exterior" (4).

Seguem as grandes potências, nesse setor, aquela máxima: façam o que eu digo, mas não o que eu faço...

E não é só. Casos tem havido de repressão violenta, quando os países menores desrespeitam o sinal vermelho que os países grandes colocam à sua frente. O do Paraguai, por exemplo. Exemplo doloroso, porém edificante, porque abre uma clareira no caminho dos países do Terceiro Mundo.

Hoje, estudada a história de acordo com outros parâmetros, vistos os fatos de outros ângulos e examinados com mais profundidade, todos sabemos que a Pátria de SOLANO LOPES, ao tempo deste e de seu pai, tentou afirmar-se nacionalmente de maneira soberana, chegando a estabelecer, para tanto, estruturas bastante razoáveis. Os êxitos alcançados feriram as suscetibilidades das potências da época e, para "castigar" tanta "ousadia", fabricaram, através de poderosas empresas, aquela guerra que levou o Paraguai à ruína e deixou endividados os países da Tríplice Aliança. EDUARDO GALEANO conta a história em pormenores (5): "Até sua destruição, o Paraguai se erguia como uma exceção na América Latina: a única nação que o capital estrangeiro não tinha deformado. O longo governo de mão-de-ferro do ditador GASPAR RODRIGUEZ DE FRANCIA (1814-1840) incubou, na matriz do isolamento, um desenvolvimento autônomo e sustentado. O Estado, onipotente, paternalista, ocupava o lugar de uma burguesia nacional que não existia, na tarefa de organizar a nação e orientar seus recursos e seu destino. FRANCIA tinha-se apoiado nas massas camponesas para esmagar a oligarquia paraguaia e conquistado a paz interior estendendo um rigoroso cordão sanitário frente aos restantes países do antigo vice-reinado do rio da Prata. As expropriações, os desteros, as prisões, as perseguições e as multas não serviram de instrumentos para consolidação do domínio interno dos fazendeiros e comerciantes, senão que, pelo contrário, foram utilizados para sua destruição. Não existiam, nem existiriam mais tarde, as liberdades políticas e o direito de opção, porém naquela época histórica só os nostálgicos dos privilégios perdidos sofriam a falta de democracia. Não havia grandes fortunas privadas quando FRANCIA morreu, e o Paraguai era o único país da América Latina que não tinha mendigos, famintos nem ladrões; os viajantes da época encontravam ali um oásis de tranquilidade, em meio das demais comarcas convulsionadas pelas guerras contínuas. O agente norte-americano HOPKINS informava em 1845 a seu governo que no Paraguai **não tem menino que não saiba ler e escrever**. Era também o único país que não vivia com o olhar cravado no outro lado do mar.

O comércio exterior não constituía o eixo da vida nacional; a doutrina liberal, expressão ideológica da articulação mundial dos mercados, carecia de respostas para o desafio que o Paraguai, obrigado a crescer para dentro por seu isolamento mediterrâneo, estava se colocando desde o

(4) EDUARDO GALEANO, ob. cit.

(5) EDUARDO GALEANO, ob. cit.

princípio do século. O extermínio da oligarquia possibilitou a concentração das alavancas econômicas fundamentais nas mãos do Estado para levar em frente esta política autárquica de desenvolvimento dentro de suas fronteiras."

E continua: "Os governos posteriores de CARLOS ANTÔNIO LÓPES e de seu filho FRANCISCO SOLANO continuaram e vitalizaram a tarefa. A experiência estava em pleno crescimento. Quando os invasores apareceram no horizonte, em 1865, o Paraguai contava com uma linha telegráfica, uma ferrovia e uma boa quantidade de fábricas de materiais de construção, tecidos, lenços, ponchos, papel e tinta, louças e pólvora. Duzentos técnicos estrangeiros, muito bem pagos pelo Estado, prestavam sua colaboração decisiva. Desde 1850, a fundição de Hycui fabricava canhões, morteiros e balas de todos os calibres; no arsenal de Assunção eram produzidos canhões de bronze, obuses e balas. A siderurgia nacional, como todas as demais atividades econômicas essenciais, estava em mãos do Estado. O país contava com uma frota mercante nacional, e tinham sido construídos no estaleiro de Assunção vários dos navios que ostentavam o pavilhão paraguaio ao longo do Paraná ou através do Atlântico e do Mediterrâneo.

O Estado virtualmente monopolizava o comércio exterior: a erva-mate e o tabaco abasteciam o consumo do sul do continente; as madeiras valiosas eram exportadas para a Europa. A balança comercial mostrava um grande **superavit**. O Paraguai tinha uma moeda forte e estável, e dispunha de suficiente riqueza para realizar enormes inversões públicas sem recorrer ao capital estrangeiro. O país não devia nem um centavo ao exterior e, além disso, estava em condições de manter o melhor exército da América do Sul, contratar técnicos ingleses que se punham a serviço do país em lugar de pôr o país a seu serviço, e enviar à Europa alguns jovens universitários paraguaios para aperfeiçoarem seus estudos. O excedente econômico gerado pela produção agrícola não se desperdiçava no luxo estéril de uma oligarquia inexistente, nem ia parar nos bolsos dos intermediários, nem nas mãos bruscas dos agiotas, nem no item de lucros que o Império britânico nutria com os serviços de fretes e seguros. A esponja imperialista não absorvia a riqueza que o país produzia. Noventa e oito por cento do território paraguaio eram de propriedade pública: o Estado cedia aos camponeses a exploração das parcelas em troca da obrigação de povoá-las e explorá-las de forma permanente e sem direito de vendê-las. Tinha, além disso, 64 fazendas da Pátria, diretamente administradas pelo Estado. As obras de regadio, represas e canais, e as novas pontes e estradas contribuía em grau importante para a elevação da produtividade agrícola. Resgatou-se a tradição indígena das colheitas anuais, que tinha sido abandonada pelos conquistadores. O alicerce vivo das tradições jesuítas facilitava, sem dúvida, todo este processo criador.

O Estado praticava um zeloso protecionismo, muito reforçado em 1864, sobre a indústria nacional e mercado interno; os rios interiores não estavam abertos às navegações britânicas que bombardeavam com manufaturas de Manchester e Liverpool todo o resto da América Latina. O comércio inglês não dissimulava sua inquietação, não só porque aquele último foco de

resistência nacional no coração do continente era invulnerável, mas também, e sobretudo, pela força do exemplo que a experiência paraguaia irradiava perigosamente para os vizinhos. O país mais progressista da América Latina construía seu futuro sem inversões estrangeiras, sem empréstimos de banco inglês e sem as bênçãos do comércio livre."

Concluindo, escreve EDUARDO GALEANO (6):

"Embora a Inglaterra não tenha participado diretamente na horrorosa façanha, foram seus mercados, seus banqueiros e seus industriais que se beneficiaram com o crime do Paraguai. A invasão foi financiada do começo ao fim pelo Banco de Londres, a Casa Baring Brothers e Banco Rothschild, em empréstimos com juros leoninos que hipotecavam o destino dos países vencedores."

Em outra situação, por motivos outros, mas em função dos mesmos propósitos imperialistas, o México perdeu para os Estados Unidos mais de um terço de seu território.

E o mundo continua o mesmo. Mudam os critérios e os processos aceitos e utilizados pelas grandes potências, para tentar manter o domínio internacional, mas o espírito que os anima é o mesmo, ou seja, é cada vez mais refinado.

A ação imperialista das grandes potências continua. Nos cinco continentes. Sendo que, agora, os Estados não agem apenas diretamente. Operam, também, de maneira mais sutil, como "eminências pardas", através das multinacionais, poderosos instrumentos de dominação dos povos "em desenvolvimento" ou "subdesenvolvidos". Como diz GILLES BERTIN (7): "A empresa multinacional representa, com efeito, a ponta de lança do Estado nacional, e o crescimento dos ativos exteriores nacionais, provocado por sua expansão, comporta um acréscimo correlato do poderio e da rentabilidade externa — em termos de pagamentos exteriores — para o país."

Esse é, hoje, o mundo dos homens. O humano é isso que aí vemos. O indivíduo indo à lua, as conquistas tecnológicas assombrando a todos, o conforto adquirindo dimensões nunca vistas, o progresso se fazendo sentir de maneira fantástica.

O homem foi capaz de coisas extraordinárias no campo da ciência e da técnica.

Mas, dentro desse quadro maravilhoso de realizações materiais, o homem se apresenta mesquinho, egoísta, cruel, insatisfeito e sofredor.

Não foram só os empreendimentos científicos que cresceram. Ao lado dos aviões supersônicos, dos foguetes espaciais, dos computadores, do raio laser, dos transplantes, das viagens interplanetárias, das incursões nos fundos dos oceanos, das pífulas milagrosas, proliferam os grandes crimes. as favelas. a miséria. a fome.

(6) EDUARDO GALEANO, ob. cit.

(7) GILLES Y BERTIN — *As empresas multinacionais* — Zahar Editores — Trad. de Lia Correa Dutra — Rio — 1978.

O certo é que o mundo continua cada vez mais dividido entre senhores e servos. Isso, tanto no plano individual como no coletivo, tanto no plano nacional como no internacional. E, nessa divisão do mundo, o lugar reservado aos países subdesenvolvidos é dos mais subalternos: "É a América Latina a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde norteamericano, e como tal tem se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo, a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minérios, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos materiais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora para dentro, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. A cada um dá-se uma função, sempre em benefício da metrópole estrangeira do momento", comenta GALEANO (8).

Cristo está, sim, ausente do mundo. Mundo sem amor. Sem fraternidade. Desigual e sofredor.

Mas é nesse mundo que vivemos, nele que temos de agir, nele que precisamos sobreviver.

Longe, cada vez mais, o ideal de um mundo só, sem fronteiras, solidário, os homens se entendendo, se amando, se ajudando.

A realidade é a luta, formidável, que indivíduos e povos empreendem para sobreviver.

Pois é para viver em um mundo assim, para enfrentar os problemas que se otrecem no palco dessas realidades, que devemos de estar preparados, sob pena de sucumbirmos, esmagados pelos acontecimentos.

O nosso desenvolvimento independente depende de algumas condicionais, umas em que predomina o elemento econômico, outras em que prevalece o fator político, outras mais em que sobressai o aspecto social.

É claro que todos os problemas — políticos, sociais e econômicos — se entrelaçam, se entrosam, se interpenetram, se influem reciprocamente, exigindo visão e tratamento global. Pois o político, o social e o econômico são agora, mais do que nunca, peças de um mesmo organismo, elementos de um mesmo corpo, traços de uma mesma figura.

Por outro lado, nenhum país pode mais, hoje, desenvolver-se isoladamente. A história de um povo, modernamente, está ligada à história de todos os povos.

Não há mais, atualmente, uma história de determinado país, e, sim, a história de todos os povos, a história da civilização, tão íntimas as dependências entre as diversas nações do mundo: "pour la première fois, on voit l'univers vivre en bloc. Il n'y a plus de civilisation hébraïque isolée ou de civilisation inca séparée. L'histoire de France ou l'histoire du Japon, depuis une certaine date, sont de faux concepts. Il n'y a que l'Histoire et la Civilisation du monde" (ARTHUR CONTE) (9).

(8) EDUARDO GALEANO, *ob. cit.*

(9) ARTHUR CONTE — *L'épopée mondiale d'un siècle* — Librairie Hachette — Éditions Pierre Charron — Paris — France.

Dentro dessa compreensão, e ressaltando que outros aspectos importantes existem, no caso, a considerar, queremos crer, todavia, que o desenvolvimento brasileiro está vinculado a determinadas condicionais políticas, econômicas e sociais, não exclusivas, porém a nosso ver preponderantes, para que alcancemos a nossa verdadeira independência.

O processo econômico inclui, evidentemente, todos os setores de produção, circulação e consumo de riquezas de um país.

A rigor, não se pode falar em uma economia agrária, em uma economia pastoril, em uma economia industrial. Indústria, agricultura e pecuária são simples aspectos de um todo.

Economia é tudo isso, é o produtor, o comerciante, o consumidor, o industrial e o camponês, o empregado e o patrão, a terra, o homem e o capital, tudo entrosado na produção, compra e destinação de bens.

Dessa maneira, o desenvolvimento de um país, no plano econômico, pressupõe um equilíbrio também no desenvolvimento de todos os setores de sua produção de riquezas, que todos são importantes, dada a diversificação das necessidades humanas e a multiplicidade das atividades laboristas do homem.

Isso, numa visão total e neutra das coisas. Em tese.

No exame da situação de um determinado país, aí já existem outros fatores a considerar. Entram em cena, então, as chamadas "realidades nacionais". Teremos que jogar, agora, com outros dados. Pois há os países ricos e os países pobres; os desenvolvidos, os em desenvolvimento e os subdesenvolvidos; os populosos e os de fraca densidade demográfica; os geograficamente extensos e os geograficamente pequenos; os de grandes recursos minerais, os em que predomina a fertilidade das terras, os de longos litorais e os que não possuem mar, os de raça branca, os de raça preta e os de raça amarela, os católicos, os protestantes, os muçulmanos. E há, sobretudo, um contexto internacional irredutível, em que todos os países estão inseridos.

Feitas essas advertências, das quais não devemos esquecer, estamos que, no que tange ao Brasil, e conquanto a economia, aqui, esteja toda ela por ser devidamente articulada e dinamizada, quatro problemas hão, atualmente, de ser convenientemente equacionados e resolvidos, a fim de que possamos falar de uma economia forte, capaz de nos possibilitar um desenvolvimento independente.

Tais problemas, predominantemente econômicos (embora contendo, também, elementos políticos e sociais), são os seguintes:

- a) O PROBLEMA DO ALCÓOL MOTOR;
- b) O PROBLEMA DA AMAZÔNIA;
- c) O PROBLEMA DA ENERGIA NUCLEAR;
- d) O PROBLEMA DA REFORMA AGRÁRIA.

I — O PROBLEMA DO ALCOOL-MOTOR

Economicamente falando, não temos petróleo. Nem por isso, porém, devemos deixar de empreender novas pesquisas e de explorar os poços rentáveis que forem aparecendo. Porque, seja como for, o petróleo que produzirmos poderá ser utilizado em numerosas atividades.

De qualquer modo, dadas as exigências históricas, havemos que abrandar o nosso trabalho nessa área, pois se trata de uma atividade não só altamente dispendiosa, mas que visa à conquista de uma riqueza para a qual já temos um substituto: o álcool.

Além do mais, sabe-se: o petróleo vai desaparecer do planeta. Dentro de meio século, no mais, segundo o cálculo dos entendidos. E isso, na vida dos povos, é um simples e fugaz instante.

Temos que partir para o álcool com verdadeiro furor patriótico. Como partimos, há tempos, romanticamente, para a campanha do "petróleo é nosso". Só que, agora, o álcool é realmente nosso.

Estudos realizados por pessoas conhecedoras do assunto autorizam-nos a afirmar que podemos produzir todo o álcool necessário, como combustível, às necessidades do País.

Não há mais que discutir nem vacilar. No Brasil, ingressamos na era do álcool. É olhar para a frente e pôr mãos à obra.

Cada época tem suas prioridades.

O Deputado CELSO PEÇANHA ⁽¹⁰⁾ examinou a matéria com profundidade:

"Cada época histórica tem suas prioridades. Há alguns anos atrás a questão fundamental era assegurar o monopólio estatal da lavra e exploração do petróleo no território pátrio. Hoje, a necessidade número um do País pode ser formulada em outros termos. Como não atingimos, até agora, a auto-suficiência em petróleo, urge encontrarmos logo uma alternativa, uma saída para a situação grave em que nos vemos afundando, para tristeza e desesperança de todos que ainda acreditam no Brasil.

Acho que a imediata implantação de uma rigorosa política de incentivo à produção de álcool hidratado e de implantação da rede nacional de distribuição desse combustível para seu uso generalizado nos veículos automotores poderá levar-nos a uma solução imediata, econômica, total e definitiva para as nossas atuais dificuldades com o petróleo. Trata-se de uma certeza que nada tem de demagógica.

Não existem obstáculos para isso. O álcool é tão bom combustível quanto a gasolina, senão melhor que esta. O único detalhe a atender, para viabilizar a idéia, seria introduzir pequenas alterações nos atuais motores e passar a produzir novos, inteiramente adaptados a funcionarem apenas queimando álcool.

(10) CELSO PEÇANHA — Alcool — Combustível que se planta — Edição da Câmara dos Deputados — Brasília, 1979.

Quanto ao aspecto econômico, também não existem argumentos que invalidem a substituição da gasolina pelo álcool. A vantagem preço, alegada durante muito tempo em favor da idéia de que o petróleo seria insubstituível, não existe mais. Hoje, face aos altíssimos preços do óleo no mercado internacional, outros combustíveis de origem vegetal tornaram-se competitivos, com vantagens adicionais, acrescentarei. Uma delas é que o petróleo é um produto mineral finito. Enquanto o álcool é obtido de aproveitamento de algumas plantas, o que vem a significar tratar-se de um produto ilimitado, renovável, infinito e com tendência a baixar de preço, no limite em que o volume de sua produção vier atingir níveis altos."

Além disso, lembra ainda CELSO PEÇANHA (11) "a expansão e a construção de destilarias são iniciativas que se traduzirão na criação de milhares de empregos e na dinamização de todo um amplo setor da economia nacional".

Assim, sobre representar uma conquista econômica, o álcool seria um fator de valorização do trabalhador rural, contribuindo para a sua fixação no meio, fortalecendo o mercado de trabalho, evitando o êxodo do trabalhador para os centros urbanos e levando ao **hinterland** os benefícios da civilização.

Afora isso, riqueza renovável, a cana-de-açúcar, no Brasil, vale como uma cultura secular, de cujos segredos somos plenos conhecedores.

Além do mais, a cana é um produto que dá, praticamente, em todo o território brasileiro, por sinal, suficientemente vasto e com disponibilidades de terra suficientes e apropriadas para a sua cultura: "Para produzir o álcool etílico de origem vegetal, em grande escala, por via fotossintética, um país precisa dispor de grande extensão territorial, de clima quente (tropical) e de alta insolação; qualidade do solo adequada às culturas necessárias, disponibilidade de terras cultiváveis, ainda não aproveitadas.

O Brasil dispõe de tal elenco de condições. Nossa extensão territorial garante a execução perfeita desse programa sem que seja necessário deslocar quaisquer culturas existentes. Somente 0,5% do território brasileiro permitirá a produção de 15 milhões de metros cúbicos por ano, volume equivalente ao de nosso consumo atual de gasolina" (CELSO PEÇANHA) (12).

Com sua produção planejada de maneira racional, estamos em condições de, a médio prazo, substituir totalmente a gasolina pelo álcool, deixando o petróleo disponível para ser utilizado em outros produtos de nossa indústria química.

Assim, a cultura da cana, bem formulada, equacionada em termos nacionais, nos dará combustível abundante e a preços razoáveis, além de repercutir, social e politicamente, de modo positivo, na estruturação da sociedade rural brasileira, eis que possibilitará a permanência do homem

(11) CELSO PEÇANHA, ob. cit.

(12) CELSO PEÇANHA, ob. cit.

em seu **habitat**, evitando o esvaziamento dos campos e o superpovoamento das cidades.

Aceitas essas premissas, o acertado que temos condições para substituir, com vantagem, a gasolina pelo álcool, restaria saber se o álcool teria propriedades equivalentes às da gasolina. É ainda CELSO PEÇANHA (13) quem esclarece: "Tecnicamente, as propriedades do álcool são inteiramente adequadas; poder antidetonante, elevado calor latente de vaporização, ausência de hidrocarbonetos e compostos metálicos nos gases de exaustão, caracterizado sob vários aspectos superior à gasolina."

Dizem alguns que o álcool, pelo seu poder corrosivo, diminuiria o tempo de duração dos motores. Trata-se, é claro, de um inconveniente sério, mas que a ciência poderá neutralizar, buscando remédio para ele. Ademais, é preferível o álcool, que não tem efeitos poluentes, abreviando a vida dos motores, à gasolina, que contamina a atmosfera das cidades, prejudicando a saúde do povo.

Outro argumento dos "inimigos" do álcool é que o seu aproveitamento como combustível teria como conseqüência a diminuição da produção do açúcar, que, sendo alimento, deveria ter preferência no trato governamental.

Não procede a objeção. Primeiro, porque temos sobras de terra para o cultivo da cana, da qual podemos tirar todo açúcar e todo álcool de que necessitarmos. Segundo, porque se informa, em setor autorizado, a existência de uma planta — estevia — capaz de substituir com vantagem a cana na produção de açúcar.

Realmente, em sua edição de 30 de dezembro de 1979, o jornal **O Globo**, do Rio de Janeiro, assim noticiava a respeito:

"O Instituto Agrônomo de Campinas, apesar da insistência dos agricultores da região (Vale da Ribeira, no litoral paulista), ainda reluta em fornecer, por considerar prematuro, um estudo final das possibilidades de estevia, uma planta que, a serem confirmadas as previsões dos futuros plantadores, será uma verdadeira bomba. Em primeiro lugar, porque, de acordo com informações de GIOVANNI ZUNINCO (fazendeiro na região), a estevia tem condições de, a curto prazo, e dependendo de modificações nos hábitos alimentares da população, substituir em cem por cento o açúcar, liberando a cana para a produção de álcool. Isto porque o **esteviocídio**, um cristal obtido da folha da estevia, tem um poder adoçante trezentas vezes superior ao do açúcar. Ou seja: uma grama de esteviocídio substitui, com vantagens medicinais, já que não contém carboidratos, trezentos gramas de açúcar".

A estevia dá o ano inteiro. Trata-se de uma riqueza incalculável, capaz de nos permitir utilizar toda a cana na produção de álcool-motor, pois açúcar ela nos daria, com menos trabalho e mais lucro.

(13) CELSO PEÇANHA, ob. cit.

Assentado, assim, que o álcool tem condições de se transformar no combustível brasileiro, em condições econômicas e sociais favoráveis, isto é, que o álcool, já agora, na atual conjuntura mundial, situa-se como uma riqueza básica, estamos que, por isso mesmo, deve ele ser nacionalizado e, até mesmo, conforme as circunstâncias, estatizado.

Não se discute mais, parece, o valor do álcool como combustível. O que se discute, agora, é o modo como explorá-lo. Os "privatistas", velhos defensores do "liberalismo econômico", cômicos da rentabilidade do álcool, seguros de seu futuro, já se puseram em campo, em campanha contra as tendências estatizantes...

Ora, a história é, mesmo, a mestra da vida. Urge, pois, não esquecer o que aconteceu com o petróleo: enquanto sua pesquisa foi largada à iniciativa particular, ele não apareceu. Isso, por motivos óbvios. Era proibido haver petróleo no Brasil. Foi preciso a mobilização da consciência nacional para que GETÚLIO VARGAS, com o apoio do Congresso Nacional, levasse avante a Petrobrás, que, se mais não produziu, deva-se a certos vícios típicos da gente brasileira. Se em vez de palácios suntuosos, ordenados de rajá e mordomias onerosas para seus diretores, um empreendimento desenfreado e outras coisas mais, a empresa se dedicasse somente ao petróleo, muito maior e melhor poderia ter sido o seu rendimento.

Ainda assim, pode-se considerar a Petrobrás como um empreendimento vitorioso, através do qual o brasileiro mostrou, apesar dos pesares, sua capacidade de auto-afirmar-se.

E quanto ao álcool? Provada a sua viabilidade como combustível, cumpre descobrir como aproveitá-lo: "O Programa Nacional do Alcool, entendido como uma solução permanente e definitiva, tem-se delineado como uma alternativa econômica válida para o País, particularmente sob uma perspectiva de médio e longo prazos e sob uma ótica de custos sociais. Do ponto de vista de segurança nacional e de redução do grau de dependência externa, o Programa está acima de qualquer suspeita. Por conseguinte a questão que se coloca hoje parece que não seria bem continuar ou não com o Programa: a questão que se coloca e cuja solução é urgente refere-se a como desenvolver o Programa daqui para a frente, particularmente quanto aos objetivos, metas, prazos e recursos financeiros colocados à sua disposição", observa JULIO MARIA MARTINS BORGES (14).

Isto posto, vemos que, ante o exemplo do petróleo, impõe-se, para o álcool, uma solução também estatal, solução que já vai ganhando a consciência nacional: "Para gerir a política nacional do álcool combustível, política esta que se afigura como mais importante que a adotada para o petróleo, deveria ser criada uma empresa pública, vinculada diretamente ao Presidente da República, nos moldes da Eletrobrás, com a incumbên-

(14) JULIO MARIA MARTINS BORGES — Professor de Economia da USP — "O Proálcool e suas Indicações" — *Jornal de Brasília*, edição de 29-7-1979.

cia de estabelecer o monopólio estatal do produto, provendo o abastecimento, através do financiamento e compra da produção, o transporte, a distribuição, a estocagem e a comercialização, fiscalizar, modernizar e instalar refinarias, montar reservatórios para estocagem, instituir diferentes faixas de financiamentos, não só para a indústria, como também para formação de áreas de plantio para matérias-primas" (CELSO PEÇANHA) (15).

Somos de opinião que o álcool só será realmente nosso se o nacionalizarmos. Sua produção, sua distribuição e sua venda, para segurança econômica, bem-estar social e independência política do País terão de ser enfiadas nas mãos do Estado.

Isso significa dizer que não podemos admitir, sob nenhum pretexto, que ele seja entregue à exploração de empresas estrangeiras.

Que os "liberais", por ingenuidade, e os "espertalhões", por malícia e safadeza, não nos venham, agora, apregoar o respeito à liberdade de comércio e à livre iniciativa como "exigências democráticas" a serem cumpridas no processo econômico brasileiro, dele afastando-se o Estado, sob a alegação de que o intervencionismo estatal é coisa dos regimes totalitários.

Não podemos perder de vista que o país — padrão do liberalismo econômico, os Estados Unidos — só o pratica em suas transações externas, não o adotando dentro de suas fronteiras, onde, por legislação específica severa, o governo intervém contra os "trustes" e os "cartéis" e protege abertamente o produto nacional, quando ameaçado pela concorrência estrangeira. Que falem, a respeito, os exportadores brasileiros de calçados e de café...

Não há que transigir. O álcool deve ser nacionalizado e estatizado. Porque ele representa uma riqueza fundamental para o País, não só do ponto de vista econômico como da segurança nacional, do social e do político. E a "estatização da economia, na faixa de produção de bens e serviços", como bem escreveu JOELMIR BETING (16), "é sustentada por um "blend" de justificativas: 1) carga estratégica; 2) segurança nacional; 3) volume de capital; 4) prazo de maturação; 5) efeito multiplicador; 6) teor tecnológico; 7) função social; 8) iniciativa brasileira; 9) atividade-meio; e 10) tendência universal".

Sendo a riqueza que é, o álcool não poderia, em nenhuma hipótese, tornar-se acessível à exploração de empresas estrangeiras. Sua nacionalização e estatização constituem um imperativo de nosso desenvolvimento autônomo, de nossa segurança, de nossa soberania. Depois que vieram a lume obras como **As Veias Abertas da América Latina** de EDUARDO GALEANO, e **A Ditadura dos Cartéis**, de KURT RUDOLF MIROW, que todos os brasileiros, ou melhor, todos os latino-americanos deveriam ter em sua mesa de cabeceira, não há mais como admitir-se a presença das mul-

(15) CELSO PEÇANHA, ob. cit.

(16) JOELMIR BETING — "A Não Estatização" — O GLOBO — Rio — Edição de 15-10-1979.

tinacionais em atividades econômicas que — como o álcool — digam respeito à segurança nacional.

Resumindo: na questão do álcool, a grande palavra, a palavra definitiva, foi dada por JOELMIR BETING (17): "Se o Brasil trocar o geólogo pelo agrônomo, no sentido figurado da coisa, a gente passará rapidamente da situação de importador de petróleo para a posição de exportador de energia — etanol e metanol" —, pois "o Brasil tem espaço para esticar e tirar da terra prenehe a comida e a energia a um só tempo, seja para autoconsumo, seja para exportação".

Antes de concluir, cumpre advertir que, tendo em conta as enormes possibilidades brasileiras no setor energético, não devemos cuidar exclusivamente do álcool.

Diga-se, a propósito, que um mal muito nosso é o nos dedicarmos todos a um assunto da moda, esquecendo os demais.

A monocultura, vício nacional, foi um fruto desse nosso desvio mental. Cuidamos só do ouro, depois só dos diamantes, depois só da borracha, depois só do café. Temos de cuidar de tudo. Por isso, que o trabalho com o álcool não nos leve a desprezar completamente o petróleo. Nem o carvão, a energia solar, a energia atômica, as nossas quedas d'água, o oceano. Que não voltemos àquela política caotica que nos levou a negligenciar a construção de ferrovias e de hidrovias em benefício de rodovias, necessárias estas, mas não mais do que aquelas.

Finalmente, queremos referir-nos a um fato que está a merecer registro: na década de 30, instalou-se em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, uma usina de álcool-motor. O álcool era extraído da mandioca. A usina chegou a funcionar. Depois, parou. Foi transformada em usina de outra coisa. Por quê?

II — O PROBLEMA DA AMAZÔNIA

A Amazônia é, hoje, um alvo da cobiça estrangeira. E não podemos fazer como a avestruz — que enfia a cabeça debaixo da asa para não ver a tormenta que se aproxima.

Os abutres estão aí.

Terra desocupada é terra de ninguém, terra de ninguém é terra de todos, terra de todos deve ser administrada pela ONU, isto é, pelas grandes potências — eis um raciocínio simplista, porém exato. Porque nos põe ante os olhos o formidável desafio da Amazônia: ou a ocupamos, ou outros a ocuparão.

Não há tempo a perder, pois já se delineiam no horizonte os sinais da tempestade. Primeiro, foi o projeto dos lagos; agora, o Projeto Jari... E outras coisas mais...

(17) JOELMIR BETING — "O lastro-físico" — O GLOBO — Rio — Edição de 7-10-1979.

O perigo está à vista: "A imperiosa necessidade de materiais estratégicos, imprescindíveis para salvaguardar o poderio militar e atômico dos Estados Unidos, está claramente vinculado à maciça compra de terras, por meios geralmente fraudulentos, na Amazônia brasileira. Na década de 60, numerosas empresas norte-americanas, conduzidas pela mão de aventureiros e contrabandistas profissionais, se lançaram num **rush** febril sobre esta selva gigantesca. Previamente, em virtude do acordo firmado em 1964, os aviões da Força Aérea dos Estados Unidos haviam sobrevoado e fotografado a região. Utilizaram equipamentos de cintilemômetros para detectar jazidas de minerais radiativos pela emissão de ondas de luz de intensidade variável, electromagnetômetros, para radiografar o subsolo rico em minerais não ferrosos e magnetômetros para descobrir e medir o ferro. Os informes e as fotografias obtidos no levantamento da extensão e profundidade das riquezas secretas da Amazônia foram postos em mãos de empresas privadas, interessadas no assunto, graças aos bons serviços do Geological Survey do Governo dos Estados Unidos. Na imensa região, comprovou-se a existência do ouro, prata, diamantes, gipsita, lumatita, magnetita, tantálio, tório, urânio, quartzo, cobre, manganês, chumbo, sulfatos, potássios, bauxita, zinco, zircônio, cromo e mercúrio. O céu da selva virgem de Mato Grosso até as planuras do sul de Goiás é tão aberto que, segundo o delírio da revista **Time**, em sua última edição latino-americana, de 1967, pode-se ver ao mesmo tempo o sol brilhante e alguns relâmpagos de tormentas diferentes. O Governo tinha oferecido isenções de impostos e outras vantagens para colonizar os espaços virgens deste universo mágico e selvagem. Segundo o **Time**, os capitalistas estrangeiros tinham comprado antes de 1967, a sete centavos o acre, uma superfície maior do que a que somam os territórios de Connecticut, Rhode Island, Delaware, Massachusetts e New Hampshire. **Devemos manter as portas abertas à inversão estrangeira** — dizia o diretor da SUDAM, agência governamental para o desenvolvimento da Amazônia — **porque necessitamos mais do que podemos obter.** Para justificar o levantamento aerofotogramétrico por parte da aviação norte-americana, o Governo tinha declarado, antes, que carecia de recursos. Na América Latina é o normal — sempre entregam os recursos ao imperialismo em nome da falta de recursos.

O Congresso brasileiro pôde realizar uma investigação que culminou com um volumoso informe sobre o tema. Nesse se enumeram os casos de venda de terras em vinte milhões de hectares, estendidos de maneira tão curiosa que, segundo a comissão de inquérito, "formam um cordão para isolar a Amazônia do resto do Brasil". A "exploração clandestina de minerais muito valiosos" figura no informe como um dos principais motivos da avidez norte-americana para abrir uma nova fronteira dentro do Brasil. O testemunho do Gabinete do Ministério do Exército, recolhido no relatório, assinalou "o interesse do próprio governo norte-americano em manter, sob seu controle, uma vasta extensão de terras para sua utilização ulterior, seja para a exploração de minerais, particularmente os radioativos, seja como base de uma colonização dirigida." O Conselho de Segurança Nacional afirma: "causa suspeita o fato de que as

áreas ocupadas, ou em vias de ocupação, por elementos estrangeiros, coincidam com regiões que estão submetidas a campanhas de esterilização de mulheres brasileiras por estrangeiros". De fato, segundo o *Correio da Manhã*, "mais de vinte missões estrangeiras, principalmente as da Igreja Protestante dos Estados Unidos, estão ocupando a Amazônia, localizando-se nos pontos mais ricos em minerais radioativos, ouro e diamantes. Empregam em grande escala a esterilização mediante o método DIU (dispositivo intra-uterino) e ensinam inglês aos índios catequizados. Suas áreas estão cercadas por elementos armados e ninguém pode penetrar nelas" (EDUARDO GALEANO) (18).

Como se verifica, a situação é muito mais grave do que muitos imaginam. Não há um minuto a perder. Os recursos nacionais, econômicos, políticos, militares e financeiros hão de, com presteza, ser utilizados de maneira global, na área amazônica, para dali erradicar o mal que nela se instalou e está se expandindo e se solidificando.

Há que levar a efeito, com urgência, vigor e conhecimento de causa, uma política nova, nacionalista, estatal, que proceda, sem tergiversações e nem transigências de nenhuma espécie, a uma racional redivisão político-administrativa do País, de maneira a garantir a integração nacional da Amazônia.

Sim, é a Amazônia (e não somente o Estado do Amazonas) uma das regiões que precisam ser redivididas em novas unidades, as quais deverão constituir-se em células vivas do organismo nacional, para o que terão de ser organizadas e dirigidas diretamente pelo Governo Federal.

Efetivamente, só redividido o continente amazônico, e só com a presença, nele, do Poder nacional, será possível explorá-lo convenientemente, desenvolvê-lo, dinamizá-lo, nacionalizá-lo e dominá-lo, integrando-o no organismo pátrio como membro ativo.

Isso exige, já o dissemos (e disso estamos cada vez mais convictos), que tenhamos a coragem de jogar por terra o tabu do federalismo, pois o sistema federalista, nos tempos modernos, em países como o Brasil, é um entrave ao progresso e um perigo para a unidade nacional.

Ninguém discute as imensas potencialidades econômicas da Amazônia, seja no campo agropecuário, seja no industrial.

Mínérios essenciais à segurança nacional abundam naquela região, onde são igualmente fartos os recursos energéticos.

Não é à toa que potências estrangeiras, daquém e dalém mar, tanto se preocupam com a Amazônia, a ponto de esquecerem suas divergências ideológicas e se unirem no sentido de tentar impedir que o Brasil toque fundo naquele mundo fabuloso.

Aliás, esse interesse suspeito de potências estrangeiras pelas coisas da Amazônia é antigo, como antiga a preocupação dos brasileiros com

(18) EDUARDO GALEANO, *ob. cit.*

esse problema. Assim, ALBERTO TORRES⁽¹⁹⁾, dos maiores estudiosos das questões nacionais, já comentava, em 1914: "O problema da Amazônia é gravíssimo, no ponto de vista social, no econômico e, possivelmente, no político. Com os abusos da exploração e desbarato de terras e dinheiro, com a destruição vandálica de suas preciosas florestas de seringais e madeiras, excesso de tributação e desgoverno, e com o já considerável desenvolvimento de propriedades estrangeiras, é muito para temer-se que essa região não possa, dentro em pouco, competir, no comércio de seu principal produto, com o Ceilão e a Índia, e que fique sendo, na parte inteligentemente explorada, simples feitoria estrangeira, e na parte devastada, viveiro insalubre de populações miseráveis, abandonadas ao ócio, ao álcool, ao impaludismo."

Alguma coisa já se fez, nos últimos anos, nesse setor, mas foi muito pouco, e a verdade é que, ou nós conquistamos, agora, a Amazônia, ou a perdemos no futuro.

O problema — como todos os nossos problemas fundamentais — exige um equacionamento nacionalista e uma solução estatal.

Se nos deixarmos enganar pelos cantos de serela dos ativos remanescentes da liberal democracia, em um futuro próximo a Amazônia estará transformada em um imenso Projeto Jari...

Não se diga que não temos recursos para uma obra de tal gabarito. Os recursos da própria Amazônia lastreiam e garantem qualquer investimento na região. Amapá também é amazônia. Carajás também é amazônia. Amazônia é ouro, é minério radioativo, é ferro, é diamante, é manganês, é madeira, é peixe, é energia. O exemplo do Paraguai, no século passado, é uma lição a aproveitar.

Se nossas riquezas servem para garantir empréstimos externos, por que não servem para garantir investimentos internos?

O que não podemos aceitar é que bancos estrangeiros nos emprestem dinheiro sob a condição de desacelerarmos o nosso crescimento econômico. Seguindo esse caminho, chegaremos à falência.

Não custa parar um minuto para meditar. Então, perguntariamos: por que as grandes potências devem crescer sempre e os países subdesenvolvidos sustar seu desenvolvimento?

O que temos a fazer, sem delongas, sem hesitações e sem temores é pôr mãos à obra, ouvidos fechados às lamúrias e às ameaças alienígenas, olhos postos no futuro. Porque, como afirma LUIZ VIANA FILHO, "a Amazônia interessa profundamente ao futuro do Brasil, e, como aconteceu no passado, cada passo deve ser maduramente meditado"⁽²⁰⁾.

(19) ALBERTO TORRES — *A Organização Nacional* — Comp. Editora Nacional — São Paulo, 1978.

(20) LUIZ VIANA — discurso proferido no Senado Federal, em 24 de maio de 1977.

Foi assim que as grandes potências chegaram a ser grandes potências.

A conquista da Amazônia é condição de sobrevivência nacional. Essa conquista há de ser feita com brasileiros, por brasileiros e para brasileiros. ARTHUR CEZAR REIS⁽²¹⁾ apreciou o problema de maneira racional e objetiva: "Sem descer ao uso de um ufanismo que não teria cabimento, não podemos tornar-nos indiferentes, aguardando que a solução venha amanhã ou depois de amanhã. Há urgência na ação governamental. Os espaços abertos como a Amazônia estão despertando interesses suspeitos. Há fome de espaço para as multidões que se comprimem em certas áreas do mundo. Escreve-se uma literatura que não é impressionista nem tantasiosa, mas profundamente realista, indicando a Amazônia como área própria para resolverem-se problemas daquele tipo. Sustenta-se a tese de que as soberanias não podem mais ser invocadas quando os chamados "interesses da humanidade" são mais importantes.

Impõe-se, por tudo isso, a elaboração urgente de uma consciência brasileira em torno à gravidade do problema da Amazônia. Essa consciência, no entanto, forjada sem exaltações demagógicas, com muito realismo e muita objetividade. E não se deve esquecer que a elevação dos padrões de vida das populações amazônicas será ponto de honra. Não se efetivará com resultados definitivos qualquer programa que ignore o homem como centro de cogitação."

Perfeito o comentário de ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS, tanto mais que colocou toda a problemática amazônica em função do homem.

Em verdade, o homem é o centro do universo terreno, em torno do qual e em favor do qual devem ser dispostas as coisas.

Uma política realmente humana — e essa política será a cristã — ordena as coisas visando à estruturação da sociedade em termos que favoreçam a plena floração da pessoa humana. Porque, também, só os homens integrados em sua dignidade de pessoa poderão construir um mundo onde a vida seja digna de ser vivida.

Observe-se, mais, que é necessário proceder a uma redivisão demográfica do País. Há carência de gente na Amazônia, há gente em excesso nos grandes centros urbanos. Há que elaborar um projeto político, social e econômico, com vistas ao preenchimento dos vazios demográficos do País. É essa uma tarefa ciclópica, dela hão de participar todos os brasileiros, mas na vanguarda desse movimento há de estar o Estado, pois só ele terá condições para organizar e conduzir tão grandiosa empreitada.

Realmente, o que há a fazer é, sem tardanças, estabelecer na Amazônia aquelas condições existenciais que possam responder às necessidades essenciais do homem. Com isso, mais fácil seria encaminhar para

(21) ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS — *A Amazônia e a Integridade do Brasil* — Edições Governo do Estado do Amazonas — Manaus, 1966.

lá, depois de previamente preparadas, as levas humanas ociosas das grandes cidades.

É um trabalho heróico, esse, que a Amazônia nos acena. A ele temos de nos dedicar sem desfalecimentos, de maneira contínua, com entusiasmo e amor. Pois a causa amazônica, nos dias que correm, e por tudo que vimos comentando, confunde-se com a própria causa nacional: "A integração da Amazônia aos melhores padrões da civilização brasileira, refletindo a maturidade que alcançamos, é, pois, tarefa pesada, grave, que exige impetuosidade, continuidade e o mais acendrado sentimento de brasilidade. Porque não significa apenas a operação de natureza material, mas empreendimento visando ao resguardo da soberania e da potencialidade do Brasil" (ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS) ⁽²²⁾.

Para tanto, convém lembrar que não basta encher a Amazônia de braços, pés e abdômens. **De indivíduos.** Temos de enchê-la, também, de corações e de cérebros. Isto é, **com homens.** Com seres sadios, capazes e conscientes. Que saibam o que querem e o que fazer.

Ainda aqui, nada poderemos almejar se continuarmos presos aos preconceitos demo-liberais. Precisamos nos impregnar de uma nova mentalidade política, de cunho realmente social e de inspiração autenticamente cristã, para o que devemos deixar à margem do processo político, por caducos e prejudiciais, os resíduos da escola liberal democrática clássica, responsável pelas distorções políticas, sociais e econômicas do mundo moderno, hoje dividido em minorias privilegiadas e multidões famintas e desesperadas.

Um fato é incontestável, porque de comprovação histórica na evolução de todos os povos: foi pelo Estado, no Estado e com o Estado que as nações conseguiram galgar os degraus mais avançados na escalada do progresso. Só depois de terem os Estados se tornado fortes e respeitáveis foi que suas empresas nacionais, neles escoradas, tiveram condições para se expandir nos mercados internacionais. E verdadeiro também é que, ainda hoje, mesmo as empresas mais poderosas têm à retaguarda, para ampará-las, o poder dos Estados cujos interesses representam.

É constante e ostensiva a intervenção dos governos, inclusive — e principalmente — das grandes potências, em defesa de sua economia, sempre que ameaçada pela concorrência alheia: são taxas e sobretaxas, a impedir maiores êxitos aos países exportadores. O Brasil, de quem se pede respeito às regras do livre comércio, em nome do sagrado liberalismo econômico, é vítima, freqüentemente, do protecionismo estatal dessas nações liberais, que — **et pour cause** — passaram, agora, a exigir, como condição para nos emprestar dinheiro, que diminuamos a marcha de nosso desenvolvimento. Sempre foi assim: "Nada enfurecia os ingleses como o protecionismo aduaneiro e às vezes o faziam saber numa linguagem de sangue e fogo, como na Guerra do Ópio contra a China. Porém, a livre concorrência nos mercados se converteu numa verdade revelada para a Inglaterra, só a partir do momento em que esteve segura de que era

(22) ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS, ob. cit.

a mais forte, e depois de ter desenvolvido sua própria indústria têxtil ao abrigo da legislação protecionista mais severa da Europa" (EDUARDO GALEANO) (23).

Voltemos, porém, à Amazônia, para afirmar, face a tudo que já comentamos, que a sua ocupação, total e imediata e em termos nacionais e estatais, é uma das condicionais de nosso desenvolvimento e, quiçá, de nossa independência.

Não há que esperar pelo amanhã. Tudo tem que ser feito hoje. Com decisão e ânimo forte. Pois já nos defrontamos com o problema Jari. Que é o Projeto Jari?

O Deputado MODESTO DA SILVEIRA (24) o descreve, em pormenores. Inicialmente, trata-se de "área ocupada pelo projeto de Senhor LUDWIG que supera a de dezenas de países do mundo". Área situada na Amazônia. E o Sr. LUDWIG é um cidadão norte-americano...

"Quanto ao sucesso econômico, o empreendimento da Jari é indisputável". "Quanto aos aspectos políticos, sobretudo de segurança nacional, é um escândalo. Nunca houve eleição no projeto. É uma espécie de monarquia absoluta. Autoridades brasileiras não há na área. Até os padres e pastores são importados dos Estados Unidos. Os soldados da PM do Estado do Pará, destacados para lá, recebem mais da Jari que do Governo do Estado. Portanto, obedecem ao patrão que mais lhes paga."

E a sociedade, como está, ali, estruturada?

"Dos 35.000 habitantes, todos dependentes da Jari, cerca de 16.000 são seus empregados diretos ou indiretos."

Esses empregados são de três categorias:

- a) staff — direção. Quase todos estrangeiros. Salários de Cr\$ 40.000,00 a Cr\$ 200.000,00 mensais;
- b) pessoal intermediário — brasileiros especializados. Salários de Cr\$ 4.000,00 a Cr\$ 10.000,00 mensais;
- c) pessoal inferior: 90% do total. Jovens. Todos brasileiros. Salário de Cr\$ 1.800,00 por mês.

O Deputado MODESTO DA SILVEIRA adverte:

"Mr. LUDWIG certamente morrerá em breve, pela lógica da longevidade humana. Para quem ficará o Império Amazônico? O Conselho de Segurança Nacional sabe? Por muito menos já vimos **mariners** americanos desembarcando em várias partes do mundo, para proteger os bens e os interesses dos seus cidadãos."

A riqueza do mundo amazônico garante qualquer empreendimento. Se essa riqueza serve para lastrear empréstimos externos, nada pertence

(23) EDUARDO GALEANO, ob. cit.

(24) MODESTO DA SILVEIRA — "O Projeto Jari e a nossa soberania" — In *Voz do Advogado* — Ano n.º 4 — Brasília.

tamente, servir para sustentar investimentos internos. Dinheiro é papel, o que vale é o ouro, é o manganês, é o urânio, é o tório, é o ferro, é o diamante, é a madeira, é o peixe, é a borracha, é tudo aquilo que a Amazônia tom.

O capital, é certo, não tem pátria, e desse modo, o capital estrangeiro poderia também ser por nós utilizado na redenção da Amazônia.

Em tese é assim. E assim seria, se pudéssemos, realmente, dar a esse capital estrangeiro, aqui aplicado, uma função social e um sentido nacional. Quer dizer: se os lucros do dinheiro aqui empregado aqui fossem reinvestidos. Se o capital não tivesse retorno. Se não fosse usado para fortalecer o patrimônio das matrizes das empresas que aqui operam, deixando-nos somente as "sobras", e monopolizando certas riquezas e certos serviços, a tal ponto que qualquer reação nossa implica riscos indiscutíveis.

A história dos "trustes" e "cartéis" internacionais que aqui atuam e, sobretudo, o exemplo das multinacionais, mostram que precisamos mandar às favas as teorias do liberalismo econômico e nos abrigarmos à sombra de uma política nacionalista e estatal. Pelo menos para enfrentar problemas de base, como é o problema amazônico.

Nesses quatro séculos de existência do nosso País, que fizeram as grandes empresas em favor da Amazônia? Nada. Somente agora, quando o Brasil se preocupa em proceder a integração nacional daquela região, aparecem planos e sugestões para desenvolvê-la.

Os capitais estrangeiros não operaram na Amazônia, pelo menos no sentido de uma exploração racional de suas riquezas capaz de favorecer o nosso desenvolvimento. Como nunca foram empregados na pesquisa do petróleo. Este só saiu do fundo da terra e do fundo do mar quando o Estado se pôs em campo. Assim será com o álcool combustível. Assim será com a Amazônia. Desta só se lembraram as grandes potências para pregar a necessidade de não explorá-la, sob a alegação pueril de que ela é o oxigênio do mundo. Ora, ninguém diz que o oxigênio do mundo está nas florestas russas, ou nas florestas dos Estados Unidos. É na Amazônia brasileira que eles situam esse "oxigênio". Todos sabem, no entanto, que "oxigênio", aqui, é sinônimo de ouro, de ferro, de minerais estratégicos.

O fato é que a Amazônia é nossa, por enquanto. Mas, para ser nossa para sempre, cumpre-nos ocupá-la, povoá-la, desenvolvê-la, fortalecê-la, nacionalizá-la.

Não adianta apelar para o empresário nacional. Apelar para as multinacionais seria suicídio. É o Estado quem tem de arregaçar as mangas e pôr mãos à obra. Porque a integração nacional da Amazônia, em termos políticos, sociais e econômicos, é condição essencial para o resguardo de nossa integridade territorial e da nossa soberania.

O interesse mesmo de potências estrangeiras no mundo amazônico, através de suas "eminências pardas" — umas proclamando a necessida-

de de lá se construírem grandes lagos, outras advogando a intocabilidade do setentrião brasileiro, por reserva ecológica indispensável ao mundo —, dá, a esse problema, um caráter prioritário.

A redivisão da Amazônia em diversas unidades político-administrativas (tantas quantas se fizerem necessárias à facilitação e aceleração de um processo efetivo de ocupação e desenvolvimento) afigura-se-nos como o passo inicial para a sua verdadeira conquista.

Essas unidades político-administrativas, consideradas de interesse para a segurança nacional, deveriam ser diretamente organizadas e dirigidas pela União, nelas sempre presentes, em funções de controle, nossas Forças Armadas.

Em conjunção de esforços com as Universidades e com suporte em grupos especializados das Forças Armadas, a União transformaria essas unidades político-administrativas ("Estados", "Territórios", "Províncias", "Departamentos", a denominação é secundária) em centros sócio-econômico-políticos de penetração e de irradiação cultural, de modo que, ao mesmo tempo que se procedesse à exploração das riquezas da região, se buscasse povoá-las, mas com sentido de permanência e por brasileiros convenientemente preparados para ali exercerem uma missão política.

Temos, é evidente, de zelar pelas nossas reservas florestais, como todos os países, mas isso não deve obstar a ocupação política da Amazônia, que inclui o seu aproveitamento econômico e o seu desenvolvimento social.

Cidades distribuídas estrategicamente pela região e ligadas entre si por vias fluviais, aéreas, rodoviárias e ferroviárias, cultivo racional de culturas agrícolas adequadas, indústrias vinculadas às riquezas do meio, bases militares, tudo isso pode e deve ser conseguido, sem sacrifício da fauna e da flora amazônicas.

Com os recursos científicos e técnicos de que o homem modernamente dispõe, essa obra de conquista e civilização da Amazônia, longe de prejudicar, poderá favorecer enormemente aquela imensa reserva ecológica, que, nem por ser ecológica, deixa de ser brasileira.

É de frisar-se, na espécie, que, em diversos pontos da Amazônia — não apenas na Amazônia goiana, mas em outras, conforme já vimos e é objeto de constantes denúncias pela imprensa e pelo Parlamento — estão presentes expedições estrangeiras que, rotuladas umas de "científicas", outras de "evangelizadoras", instalaram-se ali e ali estudam nossas plantas, nossos animais e nossos minérios, ali estabelecem postos de observação e de penetração, até mesmo com campos de pouso para avião, ali se fixam e dali se comunicam com as suas matrizes, de onde recebem recursos e orientação.

O comando tem que ser do Estado.

Sem ingenuidades, sem segundas intenções, sem interesses subalternos, o problema só pode ter uma solução: é o Estado assumir o co-

mando político da Amazônia, de maneira total e definitiva. Transformando toda a Amazônia num gigantesco Projeto Jari. Por sinal, há de reconhecer, por uma questão de justiça, que o Governo não está de braços cruzados. Aliás, testemunha OCTAVIO IANNI (25): "Nos anos 1964-1978, a economia amazônica ingressou na etapa da grande empresa privada nacional e estrangeira. Ao lado das práticas tradicionais de extrativismo mineral, vegetal e animal, por um lado, e da ampla e esgarçada economia de subsistência, do tipo camponês, por outro, surgiu e expandiu-se a grande e média empresa privada. Na mineração, no extrativismo, na agricultura e na pecuária tornaram-se cada vez mais freqüentes os empreendimentos privados, nacionais e estrangeiros. Criaram-se inclusive empresas agroindustriais e industriais. Praticamente, todo grande empreendimento privado iniciado na Amazônia, depois de 1964, tem um apoio mais ou menos amplo de órgãos e agências governamentais federais, estaduais, territoriais e também municipais. Aliás, a expansão da empresa privada na região, nesses anos, não é apenas, ou principalmente, o resultado da expansão dos interesses ou estruturas preexistentes. Desde 1966, com a criação da SUDAM, começaram a chegar na Amazônia, provenientes de outras regiões do país, em especial do Centro-Sul, e também de outros países, empresas, empresários, gerentes, técnicos, empregados, know-how e capital. Mas tudo sempre, ou quase sempre, articulado com os apoios e os estímulos governamentais". E acrescenta: "Desse modo, ao longo dos anos 1964-1978, dinamizou-se e modificou-se internamente a estrutura econômica da Amazônia. O binômio Estado-empresa privada produziu resultados cada vez mais notáveis, em termos de dinamização das forças produtivas ou expansão do capitalismo na região. Praticamente começou-se a criar ali um setor industrial, ao mesmo tempo que também começou-se a formar um setor agropecuário preponderante nas atividades rurais."

Parece, portanto, que abrimos os olhos para a realidade. De agora em diante, é não esmorecer. Através da SUDAM, BASA, INCRA, FUNAI etc., ou diretamente, incumbe ao Estado, de maneira racional, promover a integração nacional da Amazônia, reconhecendo nisso um imperativo de nossa independência.

III — O PROBLEMA DA ENERGIA NUCLEAR

Os senhores do mundo consideram um perigo para a humanidade que os países pouco desenvolvidos manipulem a energia nuclear. Só eles, a bem da paz e da segurança mundial, devem possuir usinas atômicas. Porque somente eles, supercivilizados, sabem usar essa energia em favor das causas justas e nobres. Em mãos dos africanos, dos latino-americanos e dos asiáticos, o segredo atômico constituiria uma ameaça permanente para a humanidade.

Ora, não foram os países subdesenvolvidos que lançaram a bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasáqui. Não são esses países que freqüentemente desrespeitam as fronteiras de países vizinhos. Não foram eles que

(25) OCTAVIO IANNI — Ditadura • Agricultura — Civilização Brasileira, Rio, 1979.

promoveram guerras imperialistas, avançando em terras dos outros. Não são eles que financiam quedas de governos e assassinatos de chefes de Estado. Não são eles que estrangulam a economia dos países irmãos através dos "trusts" e dos "cartéis". Não são eles que subornam executivos de empresas estatais, paraestatais e privadas. Não são eles que fazem periclitar a paz mundial.

A verdade é que os donos do mundo não se conformam em ter que partilhar com novos parceiros o poder mundial de decisão, de que o poder nuclear é pressuposto. Querem tudo para si, e, nessa política, agem como um rolo compressor, esmagando impiedosamente os que lhes oferecem resistência.

Entretanto, a conjuntura mundial é outra, hoje, e favorece aos países que, como o Brasil, buscam um lugar ao sol.

A toda ação corresponde uma reação, é lei que todos conhecem. E os povos subdesenvolvidos, pressionados por todos os lados e de todos os modos, já se conscientizaram da necessidade de reagir e, por mil processos, estão se esforçando para galgar mais alguns degraus na escalada do desenvolvimento.

As dificuldades que enfrentam, as pressões que sofrem, as lutas que sustentam, fazem com que esses países subdesenvolvidos se voltem para dentro de si próprios e arranquem das próprias entranhas forças desconhecidas. Onde o recrudescimento, neles, do sentimento nacionalista. Essa política se reflete, inclusive, na maneira como neles se equaciona o problema nuclear. OLYMPIO GUILHERME (28) viu as coisas com **clareza**: "Se é verdade que nenhuma nação pode adotar uma política de isolamento, no terreno atômico, não é menos certo que nenhum país pode submeter-se à tutela estrangeira para o desenvolvimento de suas iniciativas no campo nuclear." E acrescentou: "O nacionalismo desses países não é o produto desprezível de uma xenofobia mórbida, mas a consequência irreprimível de um sentimento patriótico de defesa contra todos os assaltos — venham eles da direita ou da esquerda — à sua dignidade, à sua soberania e ao seu progresso econômico."

Dentro dessa realidade, e com esse entendimento, o Brasil vem realizando, a respeito, um esforço gigantesco. Podem as coisas não estar muito bem planejadas, podem não estar cem por cento bem articuladas, podemos nos apresentar um tanto quixotescos, mas o que estamos tentando é algo capaz de empolgar a nossa gente e de nos conduzir à vitória final.

Depois de Volta Redonda, tivemos a PETROBRÁS. Estamos organizando o PROÁLCOOL. Itaipu está sendo erguida. Teremos Carajás. E Tucuruí. Muitos outros grandes empreendimentos existem. E outros virão. Por iniciativa oficial. Através do Estado. Que só este tem recursos e condições para realizar tais obras, todas vinculadas à segurança nacional, à nossa própria soberania.

Dentro dessa compreensão realista o Governo Federal colocou o Acordo Nuclear com a Alemanha e está construindo usinas atômicas em

(28) OLYMPIO GUILHERME — O Brasil e a Era Atômica — Editorial Vitória — Rio, 1957.

Angra dos Reis, obedecido, assim, um critério nacionalista e seguido um projeto que, concluído, contribuirá, decisivamente, para o desenvolvimento de nossa economia, para o nosso bem-estar social e para a nossa independência política.

Realmente, entendeu-se a necessidade de colocar o Estado à frente dessa política nuclear, pois seria inadmissível outra orientação em matéria de tal importância para a segurança do País.

Por sinal, as diretrizes para a política nacional, desde o começo, obedeceram essa linha nacionalista e estatal.

A Comissão incumbida de estudar o assunto, presidida pelo General NELSON DE MELO, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário do Conselho de Segurança Nacional, no Comunicado que divulgou, assim traçou os rumos a seguir ⁽²⁷⁾:

- criar uma Comissão Nacional de Energia Nuclear, subordinada ao Presidente da República;
- criar o Fundo Nacional de Energia Nuclear;
- programa de preparação de cientistas, técnicos e especialistas nos diversos setores relativos à energia nuclear;
- programa para a determinação de nossas disponibilidades em minerais de interesse para a produção de energia nuclear;
- **apoiar a indústria nacional** na pesquisa, lavra e beneficiamento de minerais de interesse para a produção de energia nuclear;
- **exercer controle do governo sobre o comércio, compra, armazenagem e venda, inclusive exportação de materiais de aplicação no campo da energia nuclear;**
- estabelecer, como ponto fundamental da Política Nacional de Energia Nuclear, a produção, em curto prazo, de combustíveis nucleares, a partir de metais nucleares, **sob o total controle e propriedade do governo;**
- **suspender a exportação de urânio e de tório — seus compostos e minérios — e de outros materiais indicados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear;**
- só depois de assegurada a estocagem de material beneficiado para o nosso programa, permitir, mediante assentimento do Conselho de Segurança Nacional, negociar certas quantidades desses materiais, e **somente para obtenção de compensações específicas**, visando a desenvolver a aplicação industrial da energia nuclear no País;
- no campo internacional, o programa brasileiro, no tocante à energia nuclear, deve socorrer-se da experiência científica e tecnológica **de todos os países amigos, guiado, apenas, pelo que nos for mais conveniente;**

(27) Divulgado por OLYMPIO GUILHERME, ob. cit.

- pôr termo ao “Programa Conjunto para reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil”, assinado em 3 de agosto de 1955, para interromper os compromissos decorrentes desse acordo e negociar outros acordos que melhor se ajustem à nova política nacional de energia nuclear;
- facilitar uma política pela qual o Governo possa negociar, a curto prazo, com todos os países amigos, ajustes que facilitem a implantação da indústria atômica no País;
- adaptar a legislação específica vigente à Política Nacional de Energia Nuclear; e
- condicionar a validade de compromissos internacionais que tenham por objeto materiais de aplicação no campo da energia nuclear à aprovação do Congresso Nacional.

O Acordo com a Alemanha obedeceu a essas diretrizes, que serão seguidas por todos os outros acordos que fizermos com outras nações, no campo nuclear, alguns já previstos, como com a Argentina.

Tudo isso demonstra que caminhamos para obter nossa verdadeira independência. Onde, como ninguém ignora, as reações contra o Acordo firmado com a Alemanha Ocidental.

Os argumentos mais falaciosos foram usados para impedir a concretização do ajuste. Insinuações maliciosas, apelos demagógicos, ameaças veladas, de tudo se serviu a intriga internacional para inviabilizar a política nuclear que o Brasil se traçou.

Mas isso é natural. Como disse o general RUI DE PAULA COUTO, Chefe do Departamento Geral dos Serviços do Ministério do Exército (*O Globo* — Rio — edição de 7-6-80): “O Brasil vem crescendo de uma tal forma que hoje se situa entre as dez nações economicamente com mais potencial, e a cada dia que passa mais se afirma entre as nações. É natural que haja frustrações, interesses contrariados e os que não estão interessados em que surja mais um concorrente do porte do Brasil”.

Soubemos, porém, reagir com altivez. As usinas de Angra dos Reis estão sendo construídas. E vão funcionar. Outras virão depois. Ao invés de recuos, avançamos mais, e, já agora, estamos em vias de celebrar novos acordos, dessa vez com países sul-americanos, atitude que nos parece acertada, pois diz respeito à sobrevivência em comum dos povos deste continente. O certo, como diz, ainda, o general RUI DE PAULA COUTO, é que “o Brasil deve ter o domínio completo da tecnologia, para não ficar como uma dependência de fontes externas”.

A propósito, e de passagem, seja-nos lícito observar que foi pena que o sonho aprista fosse apenas um sonho. É que, se unidos politicamente em bases sólidas, os países sul-americanos teriam outro peso na balança mundial.

Por que, por exemplo, não se cogita de um mercado comum, senão latino-americano, pelo menos sul-americano? Por que não se pensar num Parlamento Sul ou Latino-Americano? E em outras coisas semelhantes, segundo o princípio de que a união faz a força?

Reunidos e unidos em uma espécie de confederação, os países latino-americanos estariam em condições de tentar a transformação do sonho de Bolívar em realidade.

Fácil adivinhar que, hoje, qualquer iniciativa dessa natureza teria como resposta uma reação contundente por parte daqueles que se interessam em que as coisas continuem como estão, isto é, os países sul-americanos se desentendendo, se digladiando, se endividando, se escravizando ao capital imperialista.

Seja como for, e tal como a Ásia e a África, a América Latina está despertando.

No que nos toca, é de louvar o esforço que o governo atual vem desenvolvendo, não apenas no plano econômico, mas, principalmente, no político, visando a uma maior e mais efetiva aproximação do Brasil com os demais países do continente.

Relativamente ao problema nuclear, os anunciados entendimentos com a Argentina e a Venezuela são prenúncios de uma política necessária e inadiável a ser seguida pelas nações sul-americanas, ou, mais ainda, se possível, latino-americanas, sem prejuízo para o nosso relacionamento com os outros países da América ou da Europa.

Angra I e Angra II estão aí. Virá Angra III. Depois, mais cinco usinas nucleares. Frutos do Acordo com a Alemanha. Se não viessem, ficaríamos parados no tempo, a reboque das nações que se nuclearizassem, correndo, assim, os riscos dos países incapazes ou imprevidentes.

Energia é poder e o poder, sendo do povo, é nacional, e, sendo nacional, há de estar no Estado. Pois o Estado brasileiro respondeu afirmativamente ao desafio. Está presente na luta pela energia atômica. E a nossa filosofia, no caso, é a que está expressa nesse feliz pronunciamento do Chefe do Departamento Geral do Exército, General ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA (28): "Energia é poder, e as fontes de poder no Brasil sempre ficaram em mãos de brasileiros. O Brasil está diante de uma oportunidade histórica, que é a de conduzir a questão de maneira eficiente e de acordo com o interesse nacional."

Do mesmo modo pensa o ilustre general LYRA TAVARES (citado por Joelmir Beting, in "Da lei da guerra" — *O Globo* — ed. de 22-4-80): "A energia é o coração da nação. Ninguém deve viver com um coração emprestado. Muito menos arrendar o próprio. Na energia, não temos nenhum problema sem solução. O que temos é uma enorme falta de previsão".

A luta que sustentamos pela nossa afirmação no setor da energia atômica tem sido formidável. Todos vimos e sentimos as pressões contra o Acordo celebrado com a Alemanha. Os argumentos mais pueris e ridículos têm sido usados contra o ajuste. Inclusive por "brasileiros". Tratamos como um povo criança, inconsciente e inconseqüente. Aliás, não só o povo brasileiro é "incapaz", por irresponsável, de possuir usinas nucleares. Nenhum outro povo em desenvolvimento pode dispor dessas usinas. É

(28) General ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA SERPA — in *O GLOBO* — Rio, Edição de 14-2-1980.

um perigo para a humanidade. Porque amanhã se apossam do segredo da bomba atômica e são capazes de arrasar cidades. Como se fossem, esses povos, os responsáveis por Hiroshima e Nagasáqui.

Outros argumentos entram em cena: não temos recursos para instalar essas usinas, ou então: o dinheiro que se vai gastar com elas deveria ser empregado em coisas mais urgentes, como o combate às endemias rurais, a recuperação das favelas, a alfabetização das massas, a construção de estradas, de hospitais...

Ora, sem as usinas nucleares esses problemas sempre existiram, e nem porque foram elas iniciadas passaram, eles, a ser negligenciados.

O fato, porém, é que o Governo Central, na pessoa do próprio Presidente da República, tem fechado os ouvidos às falsas lamúrias das carpideiras de encomenda e desdenhado com altanaria os arreganhos imperialistas, mantendo-se firme em seus propósitos de levar a cabo a nossa independência no campo da energia nuclear, para o que conta com o apoio do povo brasileiro, através de seus representantes no Congresso Nacional, onde a questão vem sendo debatida em tom elevado e patriótico.

Recorde-se, de passagem, que, se há um país cujas tradições de pacifismo garantem um emprego humano da energia atômica, esse país é o Brasil, que, em suas pendências com outras nações, recorreu sempre ao arbítrio internacional, cujas decisões foram fielmente acatadas.

O lema — a força do direito contra o direito da força — é um lábaro de nossa política externa.

Entretanto, tenhamos presente, como o faz o Ministro da Marinha, Almirante MAXIMIANO FONSECA (*O Globo* — ed. 7-6-80) que o Brasil “está com um atraso de trinta anos na implantação do sistema nuclear destinado a fins energéticos e absolutamente pacíficos. Há uma imperiosa necessidade de usinas nucleares”.

IV — O PROBLEMA DA REFORMA AGRÁRIA

Quem conhece nossa estrutura fundiária está consciente de que a reforma agrária, no Brasil, sobre ser uma condicional de nosso desenvolvimento econômico, social e político, representa um verdadeiro imperativo de segurança nacional.

Trata-se de uma reforma necessária, inadiável, irreversível, pois não há que questionar: as relações de produção, em nosso mundo rural, chegaram a um perigoso ponto de ebulição, podendo explodir a qualquer momento.

Só os cegos, os reacionários, os ignorantes, ou os que estão a serviço de interesses estrangeiros tentam encobrir a realidade.

O fato é que as nuvens se acumulam, negras, nos horizontes, ameaçando terríveis tempestades.

Antes de mais nada, é preciso ficar bem claro que reforma agrária não é simples distribuição de terra ao operariado do campo, nem a sim-

ples melhoria de seu salário. Temos de ter uma visão global do problema.

A posse da terra é apenas um dado da grande questão. Evidentemente, os latifúndios improdutivos são um mal, como também constituem um mal os minifúndios inoperantes. Mas há numerosos outros aspectos a considerar no problema: a variedade de culturas, a garantia de preços mínimos para a produção, o transporte, a assistência técnica, o crédito, os salários e, sobretudo e principalmente, a criação, no mundo rural, de condições gerais de existência que permitam ao homem sua plena realização como pessoa. O caminho a seguir foi bem divisado por VINHAS (29): "A questão de um sistema de reforma agrária, que tenha como elemento básico: a liquidação do monopólio da maioria das terras do País por um reduzido grupo de grandes proprietários; o fracionamento dos grandes latifúndios; a distribuição da terra parceladamente para as grandes massas de lavradores sem ou com pouca terra; o desenvolvimento da policultura; o abastecimento do mercado interno, a transformação de milhões de homens economicamente ativos no campo em milhões de consumidores; a intensificação e diversificação do produto de nossa exportação; a liquidação do atraso e a introdução, de fato, de formas científicas na agropecuária; e, conseqüentemente, a modificação dos estratos sociais no campo, não é apenas um problema de conquista de melhores salários para os trabalhadores rurais ou a demonstração do desejo imediato das massas do campo da posse da terra. É certo que a conquista de trabalho ou de emprego para as massas semi-empregadas ou desempregadas, a conquista de melhores salários e outras importantes reivindicações trabalhistas é parte importante da reforma agrária, mas não é o elemento único e decisivo na transformação radical da atual estrutura agrário-camponesa segundo as necessidades do País. É muito mais do que isto. É um problema que diz respeito às grandes massas do campo, necessitadas de terra para lavrarem e para saírem do estado de marginalização, a modificação da estrutura agrário-camponesa vigente, das classes e camadas sociais, representando, portanto, um problema de todo o povo e da nação. Sem esta visão geral, certamente a árvore é tomada pela floresta, o detalhe pelo geral, a solução parcial pela solução geral."

Assim, há que se cogitar de todos os aspectos do problema agrário: o econômico, o social, o político. Vendo, como centro de interesse da política, o ser humano, a pessoa do camponês, em função da qual não de ser dispostas as coisas, porque é ele, o camponês, o valor maior.

É para o homem que se organiza o Estado, e o homem, como pessoa, tem necessidades materiais e transcendentais. Destarte, a reforma agrária a se fazer, entre nós, significa, antes de tudo, a integração social do homem do campo, ou seja, a sua valorização como pessoa; e não unicamente o operário rural está carente dessa sociabilização, mas, também, milhares de pequenos e médios proprietários, igualmente necessitados de recursos que os transformem, realmente, em forças vivas da nacionalidade.

(29) M. VINHAS — Problemas agrário-camponeses do Brasil — Civilização Brasileira — Rio, 1968.

Isso significa reconhecer que precisamos levar ao mundo rural, de modo efetivo, um regime democrático. Porque esse mundo rural está vazio dos valores da democracia. Igualdade, liberdade, fraternidade, justiça, são coisas praticamente desconhecidas em nossa sociedade agrário-camponesa. E jamais se poderá falar em democracia no Brasil, enquanto os homens do campo viverem à margem de seus benefícios: "Não se conquistará um regime democrático neste País sem a extensão das conquistas democráticas ao campo. Tais formulações são tanto mais importantes quando sabemos de outras que procuram desligar a questão agrária da questão democrática", diz, acertadamente, BRAZ JOSÉ DE ARAÚJO (30).

Sem essa penetração democrática do campo, a sociedade rural persistirá em seus desequilíbrios estruturais, incapaz de progredir, sofredora, sempre em vias de explosão. É o que, em outras palavras, diz VILMA FIGUEIREDO (31): "Enquanto o desenvolvimento capitalista expandir-se com a exclusão dos camponeses e do proletariado dos benefícios do tal desenvolvimento e do sistema político que o apóia, o antagonismo aumentará entre os trabalhadores de um lado e os proprietários de terras do outro".

Educação, instrução, saúde, diversões, crédito, instrumental de trabalho, habitação decente, garantia para a produção, transportes razoáveis, seguros contra toda espécie de riscos (secas, enchentes, pragas, incêndio), cooperativas, salários compensadores, e, ainda, propriedade de "áreas econômicas" de terra, de tudo isso haveria de cuidar uma reforma agrária autêntica.

Reforma que, no Brasil, dadas as diferenciações regionais, não poderá ser a mesma no Norte, no Centro e no Sul, antes deverá ajustar-se às diferentes realidades geo-econômicas e sociais das variadas regiões. Que, no caso, seja-nos lícito repetir o que já escrevemos alhures (32): "... equivocam-se os que imaginam uma reforma agrária para o Brasil, pois, em verdade, temos de aplicar, em nosso País, diversas reformas agrárias. Temos regiões geo-econômicas bastante diferenciadas. Como bem diferentes temos, em diversas partes, os estágios de desenvolvimento social. Soluções boas para o Sul podem ser desaconselháveis para o Nordeste; o Norte tem exigências diversas das do centro; o Leste se distingue enormemente do Oeste: o Pantanal mato-grossense é uma coisa singular; a Amazônia é um mundo distinto. Ora, todas essas regiões têm que ser ocupadas economicamente. Em todas se há de estabelecer nas zonas agropastoris uma estrutura, digamos, ecológica. E em todas se há de fazer valer, porque universais, os valores da democracia. Isso é obra ciclópica e que não pode recair sobre os ombros de indivíduos ou de grupos. Quem tem de levar a cabo essa tarefa é o Estado."

(30) BRAZ JOSÉ DE ARAÚJO — Apresentação do livro *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*, de MARIA NAZARETH BANDEL WANDERLEY, VILMA FIGUEIREDO, LÚZIA ALICE CONEJO GUEDES e ABDIAS VILAH DE CARVALHO — Editora Paz e Terra — Rio, 1979.

(31) VILMA FIGUEIREDO — *Desenvolvimento Brasileiro Dependente* — Zahar Editores — Rio, 1978.

(32) PAULO DE FIGUEIREDO — *Problemas Políticos da Atualidade* — CEGRAF — Brasília, 1979.

O tratamento a ser dispensado ao problema rural, no Brasil, deveria, portanto, ser regionalizado, isto é, terá de ajustar-se às diferentes realidades geo-econômicas e sociais do País.

Num único ponto a diretriz da reforma deverá ser igual em qualquer parte do País: no respeito à pessoa humana.

O importante e o inadiável é que se processe, com urgência, em nossa terra, a verdadeira revolução agrária, em termos democrático-cristãos, com o que os trabalhadores todos do campo — patrões e empregados, grandes, médios e pequenos proprietários — sejam convenientemente assistidos em suas necessidades profissionais e pessoais.

Entre outras medidas, cabe dilatar, ao operariado do campo, a legislação trabalhista que abriga o operariado urbano, o que equivaleria àquilo que LEBRET ⁽³³⁾ qualifica de "instrumento de democracia econômica".

Possuindo casa para morar, trabalho com justa remuneração, escolas para seus filhos, um mínimo de diversões, comprador certo para seus produtos, assistência médica, segurança, educação profissional e respeito aos seus direitos fundamentais, o homem do campo certamente não trocará sua tranqüilidade pelo borburinho das cidades grandes, onde atualmente, só serve para engrossar as fileiras dos miseráveis e dos marginais.

Essa recuperação de nossa sociedade rural, nos dias que correm, não pode, todavia, limitar-se à valorização dos homens e das coisas do campo.

Devido à conjuntura internacional, o problema agropecuário, máxime em países em desenvolvimento, como o Brasil, adquiriu novas dimensões, que não de ser realisticamente consideradas, para efeito de uma consciência tomada de posição em relação a ele.

Queremos referir-nos à estreita dependência em que a agricultura e a pecuária estão, atualmente, em relação às organizações estrangeiras — os "trusts", os "cartéis" e as "multinacionais".

O problema maior está aí, em enfrentar essas forças gigantescas.

Porque, em verdade, a economia agrária (nesta incluída a pecuária) dos países em desenvolvimento está, hoje, sob o controle de empresas alienígenas.

À coisa chegou a tal ponto que essas empresas internacionais nem se preocupam mais, sequer, em salvar as aparências.

Dominando redes de televisão, de rádio e de jornais (alguns desses meios de comunicação deveriam ser nacionalizados urgentemente), essas organizações, em seu jogo comercial, chegam a abusar de nossa tolerância. Haja vista, por exemplo, a propaganda (inacreditável) que fazem do vício do cigarro pelo video-tape, onde as marcas anunciadas soam estranhamente ao ouvido caboclo: Carlton, Advance, Galaxy, Arizona, Chancellor, Hollywood etc.

(33) L. J. LEBRET — Manifesto por uma civilização solidária — Tradução de Frei Benvenuto de Santa Cruz — Livraria Duas Cidades — São Paulo, 1959.

E dominam, também, a economia rural: o cacau, o café, o açúcar, a carne, tudo isso, a rigor, é dominado por empresas estrangeiras.

Assim, uma reforma agrária genuína deverá ter um caráter nacionalista, sem o que a nossa economia agropastorial estará permanentemente sujeita às oscilações das pressões externas, o que se refletirá negativamente na valorização de nossas forças de produção e no desequilíbrio das nossas relações de produção.

Grandes áreas de terra ainda terão de ser povoadas e cultivadas, pois numerosos são os vazios demográficos a serem preenchidos através de uma reforma agrária.

Os excedentes humanos dos centros urbanos não de ser, então, devidamente aproveitados.

De outro lado, a taxa de natalidade brasileira favorece essa empreitada, sendo de elogiar-se, aqui, a atitude do Governo, que, segundo noticiário de televisão, teria, pela palavra do seu Ministro do Planejamento, se manifestado recentemente nos Estados Unidos, perante cem banqueiros e empresários daquele país, contrariamente à redução (certamente ali alvitrada) dessa taxa de natalidade.

Por outro lado, convém deixar esclarecido, no caso, que não somos contra o capital estrangeiro. Isso seria burrice. Não há nenhum país no mundo, mesmo grande potência, onde o capital estrangeiro não opere.

O que combatemos — por intolerável — é o capital estrangeiro dito imperialista. Se o capital alienígena aqui for utilizado com uma função social, se pudermos controlá-lo, tornando-o uma força a serviço do desenvolvimento nacional — o que é possível, evitando o seu retorno em forma de lucros e obrigando a reinvestir aqui, em novos empreendimentos, esses lucros —, ele será bem-vindo.

O que não podemos mais admitir é o estrangulamento da indústria e da agricultura brasileiras pelo capital estrangeiro monopolista, pois isso implica alienar a nossa soberania, que não se expressa apenas no poder político, mas, também, no econômico.

Aí estão quatro condicionais, predominantemente econômicas, de um desenvolvimento brasileiro independente. Outras condicionais existem, sem dúvida. Entretanto, essas quatro seriam, em nosso crer, na área econômica, bastantes para possibilitar ao Brasil, conquistando-se a si próprio, firmar-se e afirmar-se no conceito internacional como Estado realmente soberano.

Consoante, porém, a filosofia que adotamos, segundo a qual o econômico se insere no político e por este é disciplinado e dirigido, estamos que essas condicionais econômicas só valerão se associadas a quatro outras condicionais políticas, que expressamos na necessidade:

- 1ª) de um Estado unitário;
- 2ª) de um Estado nacional;
- 3ª) de um Estado intervencionista;
- 4ª) de um Estado democrata-cristão.

V — ESTADO UNITÁRIO

Sabemos que o sentimento federalista está profundamente enraizado no coração de nossos políticos.

Trata-se, contudo, de algo artificial. Não há profundidade nesse “convencimento” federalista. Tudo não passa de uma “atitude” mental, adotada em função de uma pregação liberal-democrata inspirada no exemplo dos Estados Unidos e que virou tradição entre os políticos brasileiros.

Dessa maneira, fala-se do federalismo como algo sagrado, intocável. As Constituições brasileiras permitem tudo, menos mudar o sistema federalista (no que estão erradas) e a forma republicana de governo (no que estão certas).

Em suma: o federalismo transformou-se em um tabu.

A verdade, porém, hoje reconhecida pelos estudiosos do assunto, é que o sistema federalista, de tão viciado, jamais existiu, realmente, em nossa pátria. Pelo menos como imaginaram ou imaginam os “liberais”.

Desde os primórdios da era republicana, o sistema foi distorcido, transformando-se em um arremedo de federalismo. Foi o que denunciou ALBERTO TORRES ⁽³⁴⁾: “A idéia de autonomia precisa ser encarada como idéia de utilidade prática, no interesse da terra e das populações, sem o cunho afetivo que sua origem lhe imprimia e que lhe dava o aspecto de um fato necessário. A autonomia dos municípios e dos Estados não é mais que uma concentração mais cerrada do tecido governamental, em torno do Município e do Estado; mas o tecido não se interrompe nem se cinde, para formar seus núcleos intermédios: continua-se e entrelaça-se, até completar toda a trama da organização nacional, que termina, por fim, no relevo mais forte dos poderes federais. Cumpre não isolar nem desprender as autonomias de seu todo orgânico. A verdade é, entretanto, que os governos estaduais, no regime da nossa Constituição, e, ainda mais, com a interpretação que lhe emprestam, concentram, efetivamente, a força da política nacional, dividida, assim, em vinte eixos excêntricos. Não temos união política senão para manifestações aparentes e formais da vida institucional no que é orgânico, em tudo quanto interessa à sociedade e ao indivíduo, pode dizer-se que a nossa união é tão efetiva como a que se vislumbra, porventura, nas relações de um Município do Brasil com um Município argentino. O desencontro entre as direções, absolutamente livres, dos Estados e dos Municípios, e o interesse geral do País, e o conflito permanente entre o governo de cada Estado e de cada Município com os dos outros — não quanto a esses casos que se apresentam, de tempos a tempos, como litígios ostensivos, como por exemplo, as questões de limites, mas quanto aos atos de legislação e administração que interessam à economia do País, à circulação comercial, às relações, importantíssimas hoje, no interesse da prosperidade econômica e da conservação e distribuição da riqueza, entre a produção e o consumo —

(34) ALBERTO TORRES, ob. cit.

oprimem a sorte da população e o futuro do País, com um fardo, em relação ao qual todos os esforços harmonizadores da legislação e da administração federal são nulos, como um punhado de penas, pesadas como um monte de aço."

A deformação do sistema federalista era inevitável, tanto as nossas realidades geográficas, econômicas, sociais e políticas se chocavam com o figurino estadunidense que os teóricos da república quiseram impor ao Brasil.

No passado, o equilíbrio entre os Estados-Membros não passou de uma ilusão, pois ao largo do longo período da antiga república o que se viu foi o domínio incontestável do eixo Minas — São Paulo, e, de certa época (a partir, principalmente, do Estado Novo) para cá, a União se foi intrometendo de tal maneira na vida dos Estados-Membros, de tal modo ampliou e intensificou a sua área de atuação no território pátrio, que o sistema federal só ficou existindo, realmente, no texto da Constituição e no verbo dos demagogos.

Tinha, mesmo, que ser assim, pois a verdade é que, pelo seu tamanho; pela rarefação demográfica de várias regiões; pela diferenciação geo-econômica de várias zonas; pelo progresso acelerado de alguns Estados-Membros e pela estagnação de outros; pelo fluxo desigual de correntes imigratórias, favorecendo mais os Estados onde se fixaram; pela assistência desigual que a União prestava aos Estados-Membros, mostrando-se mãe generosa para uns e madrasta para outros, devido à influência dos mais poderosos; pelo esquecimento do *hinterland*, pela hipertrofia de alguns grandes centros urbanos, pelo poder de suas milícias e por mil outras razões, os Estados-Membros da federação brasileira *oreeceram de forma desigual, uns como filhos privilegiados, outros como entes renegados da mãe-pátria.*

O resultado de tudo isso foi que alguns "Estados" progrediram muito, enquanto outros ficaram "parados", originando-se desse estado de coisas "complexos de superioridade" (a tal estória da locomotiva puxando vinte vagões vazios) e "complexos de inferioridade" (políticos de Estados do Nordeste classificando a União de "madrasta").

A hipertrofia ou a atrofia dos Estados-Membros, em uma federação, podem, uma e outra, conduzir a idéias, sentimentos e até a movimentos separatistas, para o que não faltaria, certamente, o apoio, senão mesmo o incentivo e até o financiamento de empresas ou Estados estrangeiros, interessados no enfraquecimento nacional.

Houve, antes do Estado Novo, situações que eram verdadeiro caldo de cultura para movimentos separatistas. Basta recordar que, no sul do País, havia escolas onde só se ensinava em alemão e onde, nos dias de festa, só se erguia nos mastros o pavilhão germânico, enquanto em colônias japonesas de São Paulo e do Paraná a língua e a bandeira eram as do Japão. E, quando da chamada revolução constitucionalista em São

Paulo, em 1932, ouvimos, de membros de uma colônia italiana, em Minas, que eles estavam dispostos a ajudar na "libertação" daquele grande Estado.

Ninguém ignora, efetivamente, que, em certa época, estimulou-se abertamente a "independência" de São Paulo, como ninguém desconhece que alguns líderes nordestinos, pelo abandono a que foi relegado o Nordeste durante tantos anos, chegaram a admitir a idéia de uma separação.

Isso para não lembrar que alguns Estados do Sul estavam destinados a se incorporar ao Império Germânico, se Hitler vencesse a guerra, o que em parte aconteceu porque, no sistema federativo, aquelas Unidades políticas brasileiras estavam entregues à própria sorte...

De qualquer modo, ou porque cresceram demais, ou porque não tiveram ajuda para crescer, Estados do Brasil, pela intenção e até mesmo pela manifestação de alguns, chegaram a admitir, senão mesmo pregar, a hipótese de se desligarem da federação.

Tudo isso, repitamos, por uma gama enorme de razões, mas, principalmente, devido ao sistema federalista, inadequado à nossa realidade e que, por isso, contribuiu para tornar mais fundo o fosso que separava e ainda separa os "grandes" dos "pequenos" Estados brasileiros.

O sistema federalista foi idéia estranha às nossas realidades. Coisa de elites de intelectuais, todos, à época, formados em escolas estrangeiras, e que viviam com a mente voltada para a Europa e os Estados Unidos. Vivíamos, sob a orientação dessas elites, de costas para o Brasil, olhar fixos no além-mar. Ora, já observava ALBERTO TORRES (35), "não é verdadeira nacionalidade um país que não tem a sua política, e não há verdadeira política que não resulte do estudo racional dos dados concretos da terra e da sociedade, observados e verificados pela experiência".

O raciocínio de ALBERTO TORRES ajustava-se à idéia da adoção, pelos constituintes republicanos, do regime federativo. Porque este foi, pode-se dizer, "ave de arribação", que não se adaptou ao nosso meio. Como bem viu e criticou OLIVEIRA VIANA (36): "Esta (a federação) para o Brasil, é justamente a forma menos aconselhável de descentralização — e isto porque, pela nossa desmedida extensão territorial, pela nossa disseminação e dispersão demográfica, pela peculiaridade da nossa colonização "por saltos", pela estruturação clânica dos nossos partidos, a descentralização **política** terá que resultar fatalmente em mandonismo, em coronelismo, em satrapismo, em dissociacionismo, em separatismo. E assim tem sido desde o período colonial. Das soluções possíveis para o nosso problema da administração local, a única solução, que pode conciliar o princípio da unidade e da autoridade política **nacional** com o imperativo da descentralização **administrativa**, imposta pela nossa desmedida extensão territorial, é — não a descentralização **política** (Munici-

(35) ALBERTO TORRES, ob. cit.

(36) F. J. OLIVEIRA VIANA — *Instituições Políticas Brasileiras* — Livreria José O'Impio — Rio, 1955.

palismo, Federação ou Confederação), mas, pura e simplesmente aquilo que os tratadistas chamam “desconcentração” — solução intermediária, em que a unidade nacional se mantém inatingida em face da descentralização administrativa’.

Como OLIVEIRA VIANA e ALBERTO TORRES, outros muitos brasileiros não cessavam de pugnar contra o esdrúxulo sistema onde germinavam idéias, sentimentos e movimentos antinacionais, mas foi somente depois de 30, e, particularmente, depois de 37, dada a pregação e a orientação nacionalista da política seguida por VARGAS, que se iniciou um procedimento governamental que neutralizou os nascentes pruridos separatistas.

A filosofia de “o Brasil é um só” passou a prevalecer e os acontecimentos mundiais e nacionais dos anos 30 e 40 favoreceram a formação de uma coletividade brasileira mais realista, mais homogênea, mais independente.

A União foi, aos poucos, tornando-se cada vez mais atuante em todo o território pátrio, e a sua **presença** fez com que o povo fosse sentindo e compreendendo a sua necessidade.

Universidades federais, unidades militares de penetração, empresas públicas, justiça federal, justiça trabalhista, estradas, obras públicas, ferrovias, serviços de comunicação, assistência social, serviços de saúde, financiamentos, praças de esporte, através desses empreendimentos a União se foi fazendo não apenas “consentida” mas também “solicitada” e até mesmo “reclamada” nos Estados, inclusive — e principalmente — por seus governadores e seus políticos.

Por sinal, essa tendência política centrista do Estado, em detrimento do regime federativo, não se verifica somente no Brasil: “O crescente intervencionismo do poder público na vida econômica e social trabalha para o fortalecimento do governo central em todas as Federações. Os Estados Unidos e a Suíça, que são as Federações mais antigas, oferecem a esse respeito exemplos muitos eloqüentes. Em ambos os países essa tendência não encontra resistências maiores, e num e outro, tem-se como irremediável o declínio da autonomia federativa” (OSWALDO TRIGUEIRO) (37).

O fato é que ninguém, em nome da autonomia, lembrou-se até agora de reclamar da intervenção da União em seus Estados, quando essa intervenção consistia em construir um açude, uma faculdade, uma ferrovia, um porto, um centro de pesquisas, uma usina, uma colônia agrícola, um financiamento etc.

Apesar disso, nossas Constituições, embora revisionistas e sempre muito elásticas, continuaram a tudo permitir, menos que se alterasse o regime federativo (e a república), mesmo depois que os governadores

(37) OSWALDO TRIGUEIRO — *Problemas do Governo Democrático* — Brasília — 1976.

passaram a ser eleitos por um processo que os colocou na dependência direta do Presidente da República.

Essa dilatação da área jurisdicional da União, em prejuízo da autonomia estadual, é, para nós, não apenas uma realidade, mas uma necessidade.

O que falta, talvez, é a institucionalização desse novo sistema político, que nada tem de federativo.

Quer dizer: a farsa federalista precisa ter o seu fim também no plano constitucional e institucional. Porque, enquanto perdurar, nas Constituições, o princípio federativo, poderá este princípio ser invocado pelos "interessados" e, conforme as conjunturas e as contingências políticas internacionais e nacionais, criar sérios obstáculos ao governo nacional.

VI - ESTADO NACIONAL

Repitamos: o maravilhoso seria que a pátria do homem fosse o mundo, como queria CÍCERO. Que não houvesse fronteiras. Que não se fizessem distinções entre as raças. Nem entre classes. Que não houvesse preconceito de cor. Que os grupos religiosos não se digladiassem. Que o trabalho de todos tivesse o mesmo valor. Que existisse uma moeda mundial. Que todos falassem um só idioma. Que houvesse fraternidade entre os homens e paz no mundo.

Esse, o sonho. A realidade, porém, é outra. São as lutas de classe, é a exploração do fraco pelo forte, são as barreiras sociais e as intransigências religiosas, são os monopólios, é a miséria, são os crimes, os imperialismos, as guerras.

A realidade é a divisão do mundo em Estados fortes e Estados fracos, os fortes querendo ser mais fortes e os fracos lutando para deixar de ser fracos.

A realidade são os **Estados Nacionais**, que necessitam, para se desenvolver e se afirmar no conceito internacional, de ser, também, **nacionalistas**.

Em tese, o nacional e o internacional não deviam se opor, pois o mundo é uma integração de Estados, expressões individuais de nações, ou seja, de coletividades mais ou menos homogêneas nacionalmente, com o predomínio de uma religião, falando uma língua, possuindo uma cultura, tendo uma história e vivendo num determinado espaço.

Por isso, já se disse que só o **nacional** é realmente **universal** e que o **universal** é a soma dos **nacionais**.

Entretanto, o que deveria ser célula diferenciada autônoma, mas integrada organicamente no organismo mundial, passou a constituir unidade política independente, isolacionista, competitiva e agressiva. Tudo, é

lógico, dentro das possibilidades de afirmação de cada Estado e das eventualidades políticas internacionais.

Dai resultou a deformação do **nacional** em **nacionalismo**.

Há o desvio. Mas é uma realidade, da qual não podemos fugir e que não devemos ignorar.

Todo relacionamento político e econômico das grandes potências com os países em desenvolvimento é feito, sempre, invariavelmente, de modo direto ou através de empresas — multinacionais ou não — com um sentido dominador, imperialista.

As grandes potências agem egoisticamente, buscando a satisfação exclusiva de seus interesses nacionais. Dai o protecionismo político e econômico que marca a sua conduta. Às vezes, concedem pequenas “migalhas” aos países “amigos”, mas, em verdade, sua orientação se faz sempre, e de modo avassalador, no sentido de um fortalecimento cada vez maior de sua economia, base de seu poderio político e militar.

Por mais “amigo” que dessas potências seja um outro país, basta que um produto deste ameace concorrer vantajosamente com o deles, para que reajam pronta e energicamente com sobretaxas, redução nas compras, baixa de preços. Às vezes, até seus navios e seus aviões costumam fazer manobras nas vizinhanças dos países menos avisados e que têm o “atrevimento” de tentar atitudes independentes mais ousadas...

Vivemos, pois, cercados por nacionalismos ferozes. Ora, para enfrentar um nacionalismo, ou alguns nacionalismos associados, só outro nacionalismo ou outros nacionalismos associados.

É o que o Brasil tem a fazer.

A conjuntura político-econômica mundial está mostrando aos países em desenvolvimento que se eles não reagirem ficarão cada vez mais subdesenvolvidos.

A infiltração do capitalismo internacional na estruturação política, social e econômica dos países subdesenvolvidos é intensa e ampla pelas empresas que o representam e que contam com a cobertura dos Estados onde elas têm suas matrizes. Quanto ao Brasil, “as empresas privadas nos setores mais dinâmicos da economia estão cada vez mais nas mãos de proprietários estrangeiros que exercem grande controle sobre a economia brasileira” (VILMA FIGUEIREDO) ⁽³⁸⁾.

O resultado dessas coisas é a subordinação crescente dos países em desenvolvimento às grandes potências.

É claro que a essa política nacionalista e imperialista das grandes potências não podemos responder com um procedimento passivo e “amigo”. Não. Havemos de cuidar do que é nosso, tornando realmente nossas as nossas riquezas. Como? Explorando-as com **nossos** capitais, com a

(38) VILMA DE FIGUEIREDO, op. cit.

nossa gente, em **nosso** benefício. Não vai, nisso, nenhuma xenofobia. Não há menosprezo ao capital estrangeiro. O elemento estrangeiro será sempre bem-vindo, aqui, como o foram o português, o italiano, o espanhol, o japonês, o alemão e outros. Basta que se integre em nossa sociedade. Também o capital estrangeiro, se aqui for aplicado com uma função social e com proveito para o Brasil, e não com objetivos exploradores e imperialistas, será sempre bem recebido.

Acontece, porém, que sempre, e mais ainda de uns tempos para cá, o que se tem visto é uma crescente desnacionalização de nossas empresas, em favor de organizações estrangeiras e em prejuízo de nossa economia, de nosso desenvolvimento, de nossa independência.

Sobre o assunto, há uma crítica candente de KURT RUDOLF MIROW (39), que não podemos desprezar: "Em épocas de crise internacional, com as guerras a interromper o tráfego normal, o Brasil sempre apresentou um desenvolvimento auto-sustentado, construindo, por esforço próprio, indústrias, sob controle nacional, bases da prosperidade independente de cada nação. Mas a recuperação das tradicionais nações dos danos auto-inflicidos em desastrosa guerra, e o resultante restabelecimento de antigas lideranças e acordos dividindo o mundo, tornariam irresistíveis o apelo ao esforço alheio, à capacidade gerencial das corporações estrangeiras tão propalada. E as corporações multinacionais, às quais se concede tratamento favorecido, colonizaram o País, a exemplo da famosa Hudson Bay Company, ou da East India Comp., Companhia das Índias, em prazo pouco superior a 15 anos.

Com a liquidação proposital de sua própria estrutura industrial, que os outros países cuidadosamente preservaram, o Brasil entregou seu destino às mãos de pessoas cujos interesses docerto não coincidem com os seus e vivendo, há mais de 11.000 quilômetros de distância, comandam gerentes locais das corporações chamadas multinacionais, os **local white help** brasileiros, e decidem a sorte e o bem-estar de nosso povo, que possivelmente jamais chegaram a conhecer."

É essa a realidade. Nossa economia está, hoje, praticamente dominada pelas multinacionais. Numerosas indústrias, de certa época para cá, passaram das mãos de brasileiros para as mãos dessas empresas. São Paulo, principalmente, teve um esvaziamento industrial considerável. E São Paulo é o Estado mais desenvolvido do Brasil.

A situação é grave e não há como ignorá-la. "Afim, importa ou não importa a quem pertencam as fábricas e quais os seus centros de decisão?" pergunta KURT MIROW (40), e ele mesmo responde: "O Brasil concede **tratamento favorecido** ao capital estrangeiro, a fim de obter tecnologia, **know-how**, recursos financeiros e, talvez, quem sabe, acesso a mercados no exterior. Mas, qual foi o resultado da invasão do Brasil,

(39) KURT RUDOLF MIROW — *A Ditadura dos Cartéis* — Civilização Brasileira, Rio, 1978.

(40) KURT RUDOLF MIROW, *ob. cit.*

verdadeira meca do capital estrangeiro, pelas corporações multinacionais?

Analisando setor por setor, deparamo-nos com uma constante, a instituição de produção local por equipamentos importados, vendidas com **over price** no Brasil, tudo de acordo com os objetivos dos **export-cartéis**, da Europa, Estados Unidos e do Japão, e BERNHARD PLETTNER, Presidente mundial da Siemens, esclareceu: **“Os nossos investimentos no exterior se destinam a garantir as exportações e o emprego na Alemanha.”**

Semelhante crítica foi feita por ENIO SILVEIRA (41): “Os áulicos do Palácio do Planalto, babando nas gravatas, orgulham-se de que, em todo o mundo, automóveis Ford, Fiat e Volkswagen rodem com motores e componentes fabricados neste País que, ainda ontem, era uma **nação essencialmente agrícola**. Os cartéis multinacionais, entretanto, são tudo, menos românticos ou piegas. A eles, muito mais do que aos próprios integrantes dos chamados governos da Revolução, não escapou a evidência de que o trabalho é brasileiro, mas o lucro não”.

Sim, o lucro é dos estrangeiros, obtido, inclusive, à custa de uma mão-de-obra nacional das mais baratas do mundo.

É assim que agem as multinacionais. Dão emprego, pagam impostos, aparentemente contribuem para o nosso progresso. Mas os males que produzem são maiores do que os benefícios. Por exemplo, a Firestone. Informa KURT MIROW (42): “A Firestone, fábrica de pneus, condenada por abuso de poder econômico, investiu no Brasil 4,1 milhões de dólares e expatriou 50,2 milhões que certamente poderiam ter sido economizados, se houvesse apoio ao desenvolvimento da Fábrica de Pneus Brasil, falida há anos.”

Agora mesmo, no instante em que encerramos este trabalho, os jornais noticiam que a Kibon acaba de ser punida por abuso de poder econômico.

Por tudo isso, KURT MIROW, um **expert** na matéria, diz, com muita oportunidade (43): “O controle da força incontida das corporações multinacionais e dos cartéis se impõe não só por razões do desenvolvimento econômico ou da justiça social, mas também pelo bem da liberdade individual de cada homem. Sem medidas concretas e urgentes de apoio à iniciativa e à produção local, resta somente uma pergunta a fazer: **de quê e como viverão as gerações brasileiras futuras?**”

VII — ESTADO INTERVENCIONISTA

Chegamos, aqui, ao centro nevrálgico da questão política maior dos países em desenvolvimento.

(41) ENIO SILVEIRA — Apresentação do livro *Ditadura e Agricultura*, de OCTAVIO IANNI, ob. cit.

(42) KURT RUDOLF MIROW, ob. cit.

(43) KURT RUDOLF MIROW, ob. cit.

Os capitais privados das indústrias nacionais, de países como o nosso, não estão, regra geral, em condições de competir com as grandes organizações que jogam com o capital internacional.

Nossas empresas privadas, sem a proteção do Estado, largadas num mercado de livre concorrência, nossos portos e aeroportos "abertos às nações amigas", serão aniquiladas. Basta ver o que vem ocorrendo no País de uns anos para cá. Por detrás de uma propaganda gigantesca, através de poderosos meios de comunicação, em que se faz a apologia dos "eternos" e "sagrados" princípios do liberalismo econômico, o que se vê, como sempre se viu e sempre se verá, enquanto perdurar essa situação, são os "tubarões" engolindo, vorazes, os "peixes" menores...

Empresas brasileiras, nessa concorrência com os formidáveis "trusts" e "cartéis" internacionais, desapareceram e continuarão a desaparecer do mercado.

Ora, permitir uma luta livre entre concorrentes de forças disparatamente desiguais, como convém às grandes potências e acontece nos dias de hoje, é estimular a escravização do fraco pelo forte, é alienar a economia nacional.

Donde deverem os países em desenvolvimento, além de se informarem em uma orientação nacionalista, compreender, de uma vez por todas, que os "sagrados" princípios do liberalismo econômico só são sagrados para as grandes potências e que eles, os países em desenvolvimento, os países da América Latina, da África e da Ásia, os países do chamado Terceiro Mundo, devem ser nacionalistas e intervencionistas.

Nacionalistas para efeito de garantir o aproveitamento de seus recursos e traçar os rumos de seu desenvolvimento, e intervencionistas para ocupar e dinamizar, sempre que necessário, aquelas áreas de produção onde o capital nacional for incapaz e onde não for conveniente a presença do capital estrangeiro. Só assim, o Estado atento ao jogo econômico, poderão os indivíduos e os povos ver assegurados, em termos equânimes, as suas possibilidades de juntos participarem nos bens da civilização e da cultura, pois, do contrário, os mais fortes, mais afortunados ou mais inescrupulosos — Estados, grupos ou indivíduos — serão sempre os vencedores. Essa ação tutelar do Estado, em favor do bem geral e dos direitos da pessoa humana, é, inclusive, defendida pela Igreja, eis que enunciava o PAPA JOÃO XXIII (44): "O bem comum exige, pois, que, com respeito aos direitos da pessoa, exerçam os poderes públicos uma dupla ação: a primeira tendente a harmonizar e tutelar esses direitos, a outra a promovê-los. Haja, porém, muito cuidado em equilibrar da melhor forma possível essas duas modalidades de ação. Evite-se que, através de preferências outorgadas a indivíduos, se criem situações de

(44) Papa JOÃO XXIII — *Pacem in Terris* — Trad. da Tipografia Poliglota do Vaticano — Livraria José Olímpio, Rio, 1963.

privilégio. Nem se venha a instaurar o absurdo de, ao intentar a autoridade tutelar os direitos da pessoa, chegar a coartá-los.”

É certo que nem sempre o Estado ou as empresas estatais funcionam a contento, mas, de qualquer modo, agem sempre em função do bem comum. Apesar de vícios que lhes são peculiares — “empreguismo”, “filhotismo” etc., — as empresas privadas, estrangeiras ou brasileiras, não funcionam melhor do que as oficiais. Ademais, que ninguém esqueça: enquanto o petróleo ficou deixado à iniciativa particular, não aflorou à superfície do nosso solo e dos nossos mares, embora um produto nobre, essencial à economia dos povos. Só depois que o Estado o tirou do fundo dos poços e do oceano, é que os empresários brasileiros e estrangeiros resolveram pleitear sua participação nos negócios do petróleo.

No Brasil o progresso tem de vir de cima para baixo, isto é, o Estado tem de situar-se como a mola propulsora de todo desenvolvimento, pon-do-se sempre presente em qualquer área de atividade, não para anular ou impedir a iniciativa privada, mas para estimulá-la, ampará-la ou, se for o caso, substituí-la, no trabalho de exploração e aproveitamento de riquezas.

Além disso, onde o poder público não se impõe em sua tarefa controladora, há sempre a possibilidade de distorções capazes de favorecer a privilegiação de grupos e de indivíduos e a conseqüente exploração do homem pelo homem. É como diz ainda o PAPA JOÃO XXIII (45): O Estado “deve oportunamente intervir, primeiro para haver produção de uma quantidade suficiente de bens materiais” e “segundo, para proteger os direitos de todos os cidadãos, sobretudo dos mais fracos”.

De qualquer forma, entre nós, Volta Redonda e a PETROBRAS, ao lado de outros empreendimentos, são um exemplo da capacidade do Estado brasileiro, malgrado o boicote de estrangeiros e de maus brasileiros.

Brasília é outra criação monumental, obra ciclópica, marco efetivo da conquista do Brasil pelo Brasil, que se tornou o foco principal de irradiação do progresso pelo Interior do País e, por isso mesmo, é tão mal-querida pelos laços do capital alionígena e pelos “inocentes” úteis da falida escola liberal-democrata.

Itaipu está se levantando. As usinas de Angra dos Reis estão surgindo. E outras obras formidáveis estão sendo anunciadas e certamente serão realizadas, desde que a filosofia política brasileira prossiga numa diretriz nacionalista, do que é condição um Estado que não se omita nem se demita de suas funções específicas, que consistem na promoção do bem comum, pelo que ele, o Estado, há de sempre responder **presente** a todos os chamados.

(45) Papa JOÃO XXIII — *Mater et Magistra* — Trad. de LUIZ JOSÉ DE MESQUITA — Livraria José Olímpio — Rio, 1963.

O liberalismo econômico no mundo moderno não é apenas uma velharia doutrinária, é um crime de lesa-pátria para os países subdesenvolvidos e para as classes desprotegidas.

Estados Unidos, União Soviética, Alemanha e Japão, atualmente, como antes a Inglaterra, e, em tempos mais remotos, Portugal, Holanda e Espanha, só progrediram à custa de uma política nacionalista e intervencionista.

A democracia, regime que todos almejamos, nós a queremos real, e ela só é verdadeira quando seus valores são respeitados não apenas no plano político, mas também no social e no econômico.

Essa democracia, que o liberalismo não conseguiu efetivar, é a meta dos povos modernos, que sabem, porém, que, para alcançá-la, hão de estruturar-se em um Estado forte, este informado em uma filosofia humanista. "O indivíduo" — escreve FRANCISCO CAMPOS (46) — "tem direito a serviços e bens, e o Estado o dever de assegurar, garantir e promover o gozo desses serviços e desses bens: o direito à atividade criadora; o direito ao trabalho; o direito a um padrão razoável de vida; o direito à segurança contra os azares e os infortúnios da vida — o desemprego, o acidente, a doença, a velhice; o direito a condições de vida sãs, cabendo ao Estado o dever de administrar a higiene pública e, sobre todos, o direito à educação, sem cujo exercício não é possível tornar acessível a todos o gozo dos demais bens da civilização e da cultura." E mais (47): "Se esses ideais de vida é que constituem o verdadeiro conteúdo da democracia, as instituições democráticas hão de ser transformadas no sentido de lhes dar efetividade. Em primeiro lugar, o poder do Estado há de ser imensamente maior do que o poder atrofiado pelo conceito negativo da democracia do século XIX. Para assegurar aos homens o gozo dos novos direitos, o Estado precisa exercer de modo efetivo o controle de todas as atividades sociais — a economia, a política e a educação."

Aliás, ALBERTO TORRES (48), há meio século, exprimia, em outras palavras, opinião semelhante: "O espírito liberal enganou-se, reduzindo a ação dos governos: a autoridade, isto é, o império, a majestade, o arbítrio, devem ser combatidos; mas o governo, forte em seu papel de apoiar e desenvolver o indivíduo e de coordenar a sociedade, num regime de inteira e ilimitada publicidade e de ampla e inequívoca discussão, deve ser revigorado com outras atribuições.

A política precisa reconquistar a sua força e seu prestígio, fazendo reconhecer-se como órgão central de todas as funções sociais, destinado a coordená-las e harmonizá-las — a regê-las — estendendo a sua ação sobre todas as esferas de atividade, como instrumento de proteção, de apoio e de equilíbrio e de cultura."

(46) FRANCISCO CAMPOS — *O Estado Nacional* — Livraria José Olimpio, Rio, 1941.

(47) FRANCISCO CAMPOS, *ob. cit.*

(48) ALBERTO TORRES, *ob. cit.*

VIII — ESTADO DEMOCRÁTICO E CRISTÃO

Enfileiramo-nos, pois, entre aqueles que defendem o nacionalismo e o intervencionismo estatal.

É preciso, no entanto, deixar bem claro o nosso conceito de nacionalismo e em que termos e de que forma postulamos a intervenção do Estado.

É que o nacionalismo, entregue às próprias forças, sem um rumo pre-determinado, sem um ordenamento específico, sem uma disciplinação filosófica, sem um plano humanístico e sem uma ética cristã, pode degenerar em movimento obscuro, anti-humano, brutal, do que foram exemplos o nazismo e outros fascismos.

Do mesmo modo, um Estado intervencionista sem suportes ideológicos e, portanto, morais, pode converter-se em organismo monstruoso, que, longe de servir ao homem, aniquila-o, transformando-o em simples máquina de produção, como sói acontecer nos regimes comunistas.

Estado é a ambiência existencial por excelência das coletividades humanas, e, sendo assim, para que os homens possam nele desenvolver todas as suas virtualidades é necessário que ele implante e garanta o regime político a que chamamos democracia.

Falida a liberal-democracia, condenados os fascismos, repudiado o comunismo, temos de partir para um sistema político novo: a democracia cristã, a democracia integral, aquela em que se procura assegurar a todos os homens o exercício de seus direitos fundamentais: "Em essência, a democracia é isso. É uma consagração da pessoa humana na ordem social, uma afirmação dos seus direitos e das suas necessidades, uma criação de oportunidades iguais para todos os homens se expandirem dentro dos limites impostos pelo equilíbrio social, uma dosagem sã da liberdade de cada um sem prejuízo de ninguém e sem o sacrifício do bem comum.

A evolução do pensamento democrático, no decurso dos vinte e cinco séculos de civilização que têm assistido à sua marcha lenta, através de avanços e recuos, é um movimento de **humanização** do Estado, uma luta contra os privilégios de sangue, de casta, ou de classe, em favor dos direitos da personalidade humana" (ALMIR DE ANDRADE) (49).

O Estado há, sim, de ser humanizado, o que só é possível através de uma política cristã, pois foi o cristianismo quem colocou o homem em sua verdadeira dignidade de pessoa.

Estado é organização do ambiente existencial de uma coletividade humana. Ora, ambiente existencial humano quer dizer os homens em seus múltiplos relacionamentos, dentro de um espaço geográfico, vivendo uma história, buscando um destino, leso preocupação uma coletividade nacional vivendo em função de princípios e fins. Há o Estado, con-

(49) ALMIR DE ANDRADE — *Força, Cultura, Liberdade*. Livreria José Olympio — Rio, 1940.

seqüentemente, de ser teleológico, mas, para sê-lo, tem que ser posto como um instrumento de construção nacional do povo e, mais do que isso, há de ser informado por uma ideologia, que pressupõe uma filosofia. Ou seja: as sociedades nacionais não de estruturar-se e movimentar-se no plano da história partindo de princípios, obedecendo a normas e visando a objetivos. Donde se conclui que, devendo ser nacional e intervencionista, há o Estado de possuir um conteúdo doutrinário definido, pois só dessa maneira será uma ambiência realmente humana de vida coletiva, só assim constituirá um instrumento de que os homens se servem para alcançar o seu destino, como indivíduos e como coletividade.

Isso posto, cabe acrescentar que a democracia é uma das condições de realização efetiva do destino político do homem, pois é nela que os homens encontram resposta às suas aspirações de vida em comum.

Os direitos fundamentais do homem — direito à vida, ao trabalho, à educação, à liberdade, à assistência e ao ideal — só podem ser realmente garantidos em uma democracia autêntica.

Por outro lado, a democracia só será autêntica se de inspiração cristã, pois a política está ligada a uma ética e a uma filosofia e só o cristianismo — que não é apenas uma religião, mas também uma filosofia — tem do homem uma visão perfeita, só ele responde às necessidades e aos ideais da pessoa humana e das sociedades humanas.

Não só do céu vivem os cristãos. Cristo não deu o exemplo supremo do sacrifício da cruz apenas para o homem redimir-se de seus pecados em outra vida e num outro mundo: "Cristo" — ensina LEONARDO BOFF⁽⁵⁰⁾ — "se entende como o Libertador porque prega, presencializa e já está inaugurando o Reino de Deus. Reino de Deus é a revolução e a transfiguração total, global e estrutural desta realidade, do homem e das coisas, purificados de todos os males e repletos da realidade de Deus. Reino de Deus não quer ser um outro mundo, mas o velho mundo transformado em novo."

O cristianismo pode e deve ser vivido aqui na terra. Foi para isso que Cristo pregou o amor. Abstraindo-se de seu aspecto religioso, o cristianismo é doutrina humana de vida, cujos valores devem ter vivência aqui na terra, para que haja paz e justiça entre os homens: "Reino de Deus, ao contrário do que muitos cristãos pregam, não significa algo de puramente espiritual ou fora deste mundo. É a totalidade desse mundo material, espiritual e humano agora introduzido na ordem de Deus" (LEONARDO BOFF)⁽⁵¹⁾.

Certamente não foi pensando no além que Cristo expulsou, a chicote, os vendilhões do templo. Esses vendilhões que, redivivos, reincarnados, usando mil disfarces, por aí perambulam, humilhando e ofendendo o homem, amesquinhando a sociedade, aviltando e desgraçando o mundo.

(50) LEONARDO BOFF — *Jesus Cristo Libertador* — Editora Vozes Ltda, Patrópolis — RJ, 1979.

(51) LEONARDO BOFF, *ob. cit.*

Dessarte, quando advogamos um Estado nacionalista e intervencionista é para que ele possa realizar, num determinado espaço e para um determinado povo, um regime democrático cristão.

Povo é gente, gente são homens, homens são seres feitos à imagem e à semelhança de Deus. São pessoas. Que têm necessidades materiais e espirituais. Que são carne e espírito. Que têm aspirações superiores, mas vivem na terra...

A compreensão desse homem só é possível em um regime democrático de conteúdo cristão, porque só o cristianismo situou o homem em sua realidade total.

Esse homem, matéria e espírito, anjo e demônio, indivíduo e pessoa, tem, ao lado de um destino transcendental (que incumbe à religião investigar), um destino histórico a cumprir e o cristianismo, que cogita da vida extraterrena, cuida, igualmente, das coisas deste mundo, pois este mundo é o lugar onde o homem se realiza e se qualifica, em suas grandezas e em suas misérias.

A doutrina social cristã é uma longa e difícil estrada a palmilhar, se quisermos, realmente, construir uma sociedade equilibrada, humana, justa.

Dos regimes conhecidos, o único capaz de possibilitar uma organização social fraterna é a democracia, sistema onde todos participam equitativamente dos bens da civilização e da cultura.

Mas — insistamos — democracia não é liberal-democracia. Esta só contém, da democracia verdadeira, o seu elemento político. Assim mesmo de maneira superficial, pois, em verdade, não é politicamente livre quem for escravo da fome e da ignorância. E, nos regimes liberal-democratas, onde, pelo jogo da livre concorrência, os mais afortunados, os mais fortes, os mais ousados e até os menos escrupulosos dominam, os homens humildes são ofendidos em sua condição de pessoa e não encontram condições de se afirmar, nem mesmo pelo voto "livre" nas urnas...

Democracia não é, também, unicamente o pão para todos. Se todos os homens vivessem com o estômago cheio, nem só por isso seriam felizes, nem assim estariam realizados. Se apenas a posse de bens materiais bastasse ao homem, os ricos não seriam infelizes.

O homem, ao lado de suas necessidades materiais, de indivíduo, tem necessidades espirituais, de pessoa. E regimes políticos onde se cuide exclusivamente de suas necessidades materiais são, igualmente, desumanos e devem ser condenados.

Ambiente de vida coexistencial dos homens, o regime político, expresso em uma ordem estatal, há de responder a todas as necessidades do homem, materiais e espirituais. A democracia, se autêntica, isto é, se integral, total, incorporando os elementos econômicos, sociais e políticos

da existência em comum dos homens, é o regime onde se torna possível tentar esse objetivo.

Ora, uma democracia assim, que plante, no terreno econômico, no terreno social e no terreno político, as sementes de uma sociedade verdadeiramente humana, quer dizer, onde os homens, todos os homens, possam desenvolver todas as suas virtualidades, há de ser, só pode ser, uma democracia embebida do espírito do cristianismo, que só o cristianismo alcança a totalidade do ser humano. JACQUES MARITAIN ⁽⁵²⁾ viu a fundo a questão: "Parece normal, é inevitável, que a concepções sociais e políticas novas correspondam órgãos de ação apropriados. O despertar da consciência cristã aos problemas estritamente temporais, sociais e políticos, implicados na instauração de uma nova cristandade, acarretará, acreditamos, o nascimento de novas formações políticas temporal e politicamente especificadas, e de inspiração intrinsecamente cristã." Pelo que, acrescenta o notável pensador ⁽⁵³⁾ — "nós outros que estamos no mundo, não nos é somente preciso agir como cristãos e na condição de cristãos, como membros vivos de Cristo no plano espiritual, é-nos necessário agir como cristãos, como membros vivos do Cristo no plano temporal. Senão, a fraqueza ou a abstenção das energias cristãs nesta ordem terá como resultado abandonar o mundo a outras energias que não trabalham por seu bem".

Convençamo-nos, pois, que o sacrifício de Cristo na cruz não foi apenas para salvar a alma dos homens, dando-lhe o céu, mas também para mostrar aos homens o caminho a seguir aqui na terra.

O milagre da multiplicação do pão serve para lembrar que todos os homens têm direito a uma cota nas riquezas do mundo.

A expulsão dos mercadores do templo significa que nem tudo, neste mundo, se resume a negócios e lucros.

As filosofias políticas totalitárias possibilitaram a criação de ideologias políticas materialistas que reduziram o homem a simples máquina de produção (comunismo) ou a simples peça da engrenagem estatal (fascismo).

O homem, nos regimes totalitários, da esquerda ou da direita, transformou-se em escravo de mitos: a Raça, a Classe, o Estado.

Porque nenhuma dessas ideologias teve inspiração verdadeiramente humana, e, desse modo, nenhuma foi capaz de viabilizar uma sociedade democrática.

A saída do túnel onde nos encontramos para horizontes largos e iluminados está no cristianismo, pelo que havemos de nele estruturar os valores de uma nova democracia, que, assim, será, efetivamente, um re-

(52) JACQUES MARITAIN — *Humanismo Integral* — trad. de Afrânio Coutinho — Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1942.

(53) JACQUES MARITAIN, *ob. cit.*

gime de todos, por todos e para todos. Porque, como proclama LEONEL FRANÇA (54), o "cristianismo tem as dimensões da história humana. Para todas as eras e em todos os problemas Cristo é a luz da vida e os povos que o seguem, sal da terra. As agonias do mundo contemporâneo hão de encontrar, numa meditação mais profunda das suas palavras que não passam, uma resposta pacificadora."

CONCLUSÃO

Outras condicionais existem, certamente, para o Brasil conseguir desenvolver-se de maneira independente, a fim de obter uma posição de relevo na sociedade das nações.

Creemos, porém, que, entre essas condicionais, as que aqui indicamos, nos planos econômico e político, são, pelo menos na conjuntura atual, as mais importantes.

Se não ocuparmos efetivamente a Amazônia, dominando e valorizando suas riquezas e lhes dando uma destinação social e nacional; se não renovarmos as estruturas fundiárias do País, de modo que a economia rural se fortaleça e os agricultores e pecuaristas se integrem, como valores positivos, na sociedade brasileira, coisa só possível mediante uma corajosa reforma agrária, cristã e democrática; se não substituírmos o petróleo pelo álcool, como combustível para os nossos veículos, coisa possível e necessária e que pode e deve ser feita sem prejuízo e sem esquecimento de outras fontes de energia; se não vencermos a batalha da energia nuclear, construindo as usinas de Angra dos Reis e outras mais, tantas quantas exigirem as necessidades nacionais, sem isso não teremos os suportes econômicos necessários a um desenvolvimento capaz de nos assegurar um lugar ao sol.

Mas a implantação dessas bases econômicas de um desenvolvimento independente vinculam-se à implantação paralela de alicerces políticos que as garantam, e essas pilastras políticas estão nas condicionais apontadas: a troca do regime federalista artificial, falso e impeditivo de uma política nacional mais atuante, pelo regime unitário; uma orientação nacionalista de governo, capaz de, sem xenofobia, mas com clareza e vigor, impedir que nações e empresas estrangeiras venham a dominar a nossa economia, com o que abririam passagem, também, ao domínio político do País; uma política estatal intervencionista, pois o Estado é o instrumento através do qual as nações se movimentam, se desenvolvem, se realizam e, por isso, há ele de estar sempre presente em todas as áreas onde sua atuação se fizer necessária para neutralizar a atuação de forças contrárias aos interesses nacionais; e, finalmente, a instauração de uma democracia cristã, onde os aspectos econômicos, sociais e políticos da existência em comum dos homens sejam igualmente considerados e tratados, com vistas à plena realização do ser humano em sua condição de indivíduo e de pessoa.

(54) LEONEL FRANÇA — *A Crise do Mundo Moderno* — Livraria José Olímpio, Rio, 1942.